

EMEF SA

RELATÓRIO
& CONTAS
2012



EMEF - Empresa de Manutenção de
Equipamento Ferroviário, SA



ÍNDICE

ÍNDICE.....	2	3. Análise económica e financeira.....	20
Mensagem do Presidente.....	6	Resultado Operacional.....	20
Acontecimentos Relevantes	8	Gastos.....	22
Síntese de Indicadores	9	Gastos de financiamento e Resultado Líquido	23
I. Relatório de Gestão.....	10	Estrutura Patrimonial.....	24
1. Enquadramento da Atividade	10	Ativo	25
2. Segmentos de Negócio	12	Capital Próprio	25
Reparação	13	Passivo.....	26
Manutenção.....	15	Recursos Financeiros – Evolução da dívida	
Fabrico de vagões	16	financeira.....	27
Reabilitação.....	16	4. Investimentos	28
Inovação e Desenvolvimento	17	II. Governo da Sociedade	29

A.	Princípios de Bom Governo.....	29
1.	Missão, Objetivos e Políticas.....	29
2.	Regulamentos Internos e Externos	30
3.	Informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas.....	32
4.	Informação sobre outras transações	32
5.	Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais	33
6.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais.....	39
7.	Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental.....	42
8.	Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	53
9.	Código de Ética	54
10.	Sistema de Controlo	55
11.	Prevenção de Conflitos de Interesses....	55
12.	Divulgação de informação	56
B.	Cumprimento das Obrigações Legais	57
1.	Objetivos de gestão	57
2.	Gestão do risco financeiro	58

3.	Prazo médio de pagamentos	58
4.	Divulgação de atrasos de pagamento.....	58
5.	Deveres especiais de informação	59
6.	Recomendações da acionista	59
7.	Remunerações	59
8.	Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas.....	59
9.	Endividamento.....	61
10.	Plano de Redução de Custos.....	61
11.	Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes.....	63
12.	Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado	63
III.	Perspetivas para o futuro	64
IV.	Factos relevantes após o termo do exercício .	65
V.	Proposta de aplicação dos resultados	65
	Demonstrações Financeiras	66
	Balanço.....	67
	Demonstração de Resultados	69
	Mapa das Alterações do Capital Próprio	71

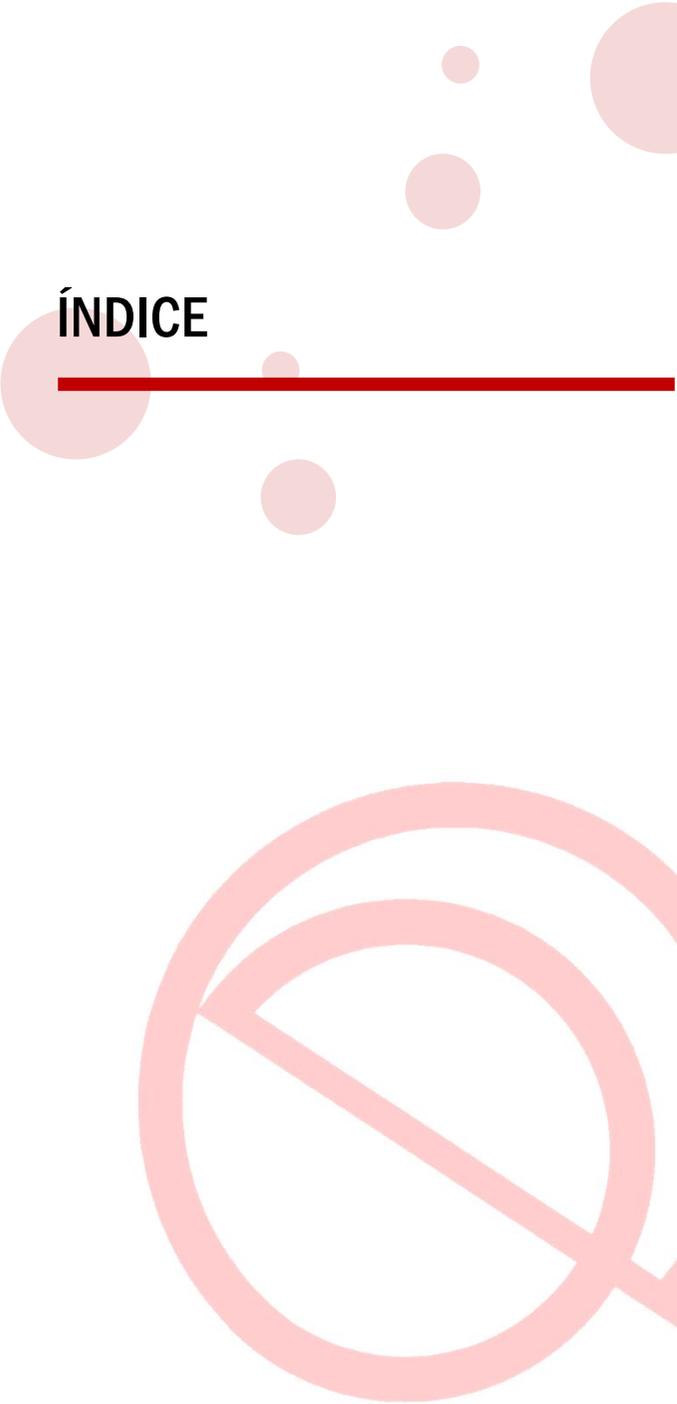
ÍNDICE

ÍNDICE

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2012.	71	13. Outras contas a receber	107
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2011.	72	14. Diferimentos	109
Demonstração dos Fluxos de Caixa	73	15. Capital realizado.....	111
Anexo	74	16. Outros instrumentos de capital próprio .	111
1. Identificação da entidade	74	17. Reservas legais	111
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	75	18. Outras reservas	112
3. Principais políticas contabilísticas	77	19. Resultados transitados	112
4. Fluxos de caixa	94	20. Ajustamentos em ativos financeiros.....	113
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas	95	21. Excedentes de revalorização	113
6. Ativos fixos tangíveis	95	22. Provisões	114
7. Ativos intangíveis	97	23. Financiamentos obtidos	115
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	98	24. Outras contas a pagar	116
9. Participações financeiras – outros métodos .	99	25. Fornecedores	117
10. Inventários	100	26. Adiantamento de clientes	117
11. Clientes	102	27. Vendas e serviços prestados	118
12. Estado e outros entes públicos.....	105	28. Subsídios à exploração	119
		29. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	120
		30. Variação nos inventários da produção ..	120
		31. Trabalhos para a própria entidade	121

32.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	121
33.	Fornecimentos e serviços externos	122
34.	Outros rendimentos e ganhos	123
35.	Outros gastos e perdas	124
36.	Gastos com pessoal	124
37.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	125
38.	Juros e gastos similares suportados	126
39.	Locações operacionais	126
40.	Partes relacionadas	127
41.	Acionistas/Sócios.....	130
42.	Imposto sobre o rendimento do período	130
43.	Outros Investimentos Financeiros	131
44.	Adiantamentos a Fornecedores.....	132
45.	Garantias bancárias.....	132
46.	Matérias ambientais.....	133
47.	Contingências	135
48.	Acontecimentos após a data de balanço....	136
	136

ÍNDICE



MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que se anuncia o regresso da empresa a resultados positivos. Parabéns a todos os trabalhadores e diretores que contribuíram para esta viragem na vida da empresa.

Em 2012, a atividade da EMEF centrou-se no seu “core business”, a manutenção e reparação de material ferroviário. O foco na atividade que sabemos fazer contribuiu para os bons resultados obtidos.

Alcançamos um novo patamar na consolidação da inovação tecnológica no domínio ferroviário ao criarmos as condições para a constituição de uma empresa com participação externa. A colaboração com outros parceiros ao nível da produção surge assim como um processo de afirmação e desenvolvimento da EMEF.

Os rendimentos alcançados reduziram cerca de 15 milhões de euros face aos do ano anterior. Já os gastos reduziram cerca de 23 milhões evidenciando uma clara melhoria de competitividade.



Atingiu-se assim um resultado operacional e um resultado líquido positivos, este último no valor de 6,3 milhões de euros.

Teremos ainda necessidade de prosseguir alguns ajustamentos de capacidade em face das mudanças ocorridas no material e na atividade dos nossos clientes. Assim, o futuro próximo passará por melhorias

organizacionais e aprofundamento da competitividade tornando irreversível a sustentabilidade da empresa.

O mandato deste conselho de administração chega ao fim estando já incompleto, após a saída, a seu pedido em Novembro passado, da senhora administradora Dr.ª Rita Alho cuja ação também contribuiu para o desempenho de 2012 que aqui relatamos.

Os trabalhadores da EMEF estão de parabéns pelos esforços desenvolvidos para a consolidação da empresa e pela compreensão para os sacrifícios que tivemos de enfrentar.

Para os desafios futuros certamente continuaremos a contar com o apoio do nosso acionista CP, em particular no reequilíbrio económico e financeiro da empresa e também, como cliente, nos confiar novas atribuições e responsabilidades.

Fevereiro de 2013

Vicente Pereira

MENSAGEM DO PRESIDENTE

ACONTECIMENTOS RELEVANTES

Como principais acontecimentos na empresa durante o exercício de 2012 destacam-se os seguintes:

- Nomeação do Presidente do CA da EMEF – fevereiro de 2012;
- Amortização de empréstimo à banca (BPI/BES) no valor de 6M€ - março de 2012
- Estabelecido novo contrato de empréstimo com o acionista no valor de 5,5M€ - março de 2012;
- Conclusão da transferência da atividade de reparação de material circulante de Guifões para Contumil – maio de 2012;
- Estabelecimento/assinatura do novo Contrato Quadro de manutenção e reparação de material circulante com a CP – junho de 2012;
- Conclusão dos contratos de fabrico de vagões com a CP Carga – junho de 2012;
- Dissolução da EMEF Internacional – junho de 2012;
- Conversão de empréstimo do acionista no valor de 2,5M€ em prestações acessórias de capital – junho de 2012;
- Elaboração de estudo preliminar de Viabilidade económico-financeiro para a construção de uma fábrica para Reabilitação e Montagem de Vagões em Moçambique – julho de 2012;
- Instalação e montagem do Pórtico de carga para ensaio de bogies no Parque Oficial do Entroncamento – setembro de 2012;
- Entrega da Oficina de Manutenção da Figueira Foz à CP – outubro de 2012;
- Início das negociações com a NOMAD HOLDINGS LIMITED para constituição de uma sociedade comercial de direito português - outubro de 2012;
- Renegociação do contrato de prestação de serviços de manutenção de vagões com a CP Carga – novembro de 2012;
- Renúncia de Vogal do CA da EMEF (Dr.ª. Rita Martins) – novembro de 2012;
- Estabelecimento de adicionais de fecho de contas aos contratos de fabrico de vagões com a CP Carga - novembro de 2012;
- Celebração de acordo de revogação do contrato de arrendamento com a Fergráfica – dezembro de 2012.

SÍNTESE DE INDICADORES

Os resultados de atividade expressos nos indicadores do quadro seguinte permitem, afirmar que, pese embora todas as adversidades de contexto, a evolução global da empresa foi excelente face ao desempenho alcançado no exercício anterior:

INDICADORES

(euros)

Indicador	2012	2011	Δ %
Resultados			
Resultado Operacional	8.237.092	244.293	3272%
Rendimentos Operacionais	64.886.844	79.721.232	-19%
Gastos Operacionais	56.649.752	79.476.940	-29%
EBITDA*	10.358.630	1.296.145	699%
Resultado Líquido	6.306.705	(1.341.031)	570%
Negócio			
Volume de Negócios	63.267.091	76.038.514	-17%
VAB	37.867.826	37.371.488	1%
Investimentos			
Investimentos	330.162	1.007.126	-67%
Recursos Humanos			
Efetivo Final do Exercício	1.111	1.236	-10%
Efetivo Médio	1.167	1.401	-17%

* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade;



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A economia portuguesa em 2012 continuou a estar marcada pela escassez de acesso ao financiamento de mercado e pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

No quadro dos acordos estabelecidos, Portugal deveria adotar medidas para melhorar a eficácia e a sustentabilidade do sector empresarial do Estado (SEE) a nível central, regional e local. Para tal, deveria pôr em prática uma estratégia que permitisse reestruturar o SEE e reduzir o seu endividamento devendo as empresas do sector alcançar equilíbrio operacional até ao final de 2012.

O processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados originou uma queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB), em grande parte devido à contração de todas as componentes da procura

interna, parcialmente compensada por um crescimento das exportações de bens e serviços. Em particular durante o ano de 2012, prosseguiu a redução da procura interna, traduzindo a queda mais acentuada do consumo privado, num contexto de forte deterioração do rendimento disponível das famílias, facto que influenciou significativamente as deslocações internas de âmbito turístico e de lazer.

Acresce que a contração da atividade económica acompanhada de um agravamento da taxa de desemprego afetou, substancialmente a necessidade de mobilidade das populações, designadamente das deslocações pendulares casa / emprego.

Em resposta às medidas de austeridade implementadas manteve-se durante o ano de 2012 o clima de contestação social com consequências em termos da conflitualidade laboral, que afetaram também a oferta de transportes e consequência a sua manutenção.

A atividade da empresa em 2012 foi enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no Plano Estratégico de Transportes (PET), onde se definem os seguintes vetores de atuação:

- Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses;
- Assegurar a mobilidade e a acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social;
- Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional.

Incorporou ainda as orientações contidas no Orçamento de Estado para 2012, nomeadamente no que respeita aos gastos com o Pessoal.

No dia 25 de junho foi aprovada a Lei n.º 23/2012 que introduz a 3.ª alteração ao Código de Trabalho, aplicável à generalidade dos trabalhadores e empresas. Os Acordos de Empresa (AE) em vigor na EMEF mantiveram-se válidos, excecionando-se unicamente algumas cláusulas, que passaram obrigatoriamente a ter de ser reguladas pelo Código do Trabalho.



RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO

2. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, os dois segmentos mais importantes com características predominantes de produção industrial;
- a atividade de manutenção corrente, com características de resposta orientada para o serviço de suporte direto aos comboios, adotando parâmetros de flexibilidade e dinâmica ajustada ao ritmo das necessidades do operador de transporte;
- a atividade de fabrico e reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa continuou a assegurar o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de

emergência sobre o material circulante, e operações de socorro na linha, sempre que necessário.

Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa, são seguidamente apresentados.

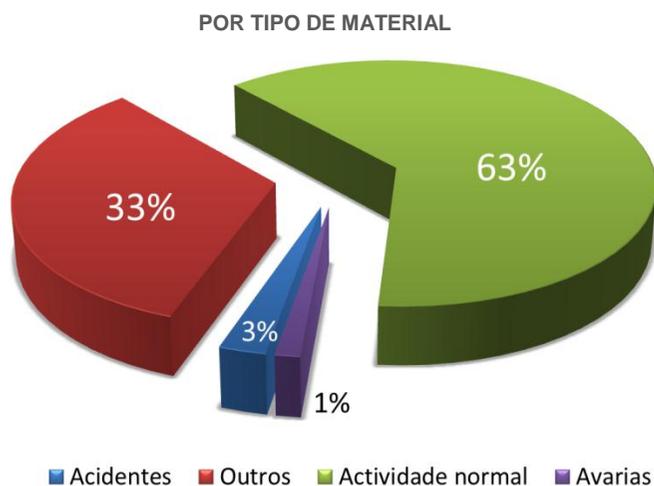
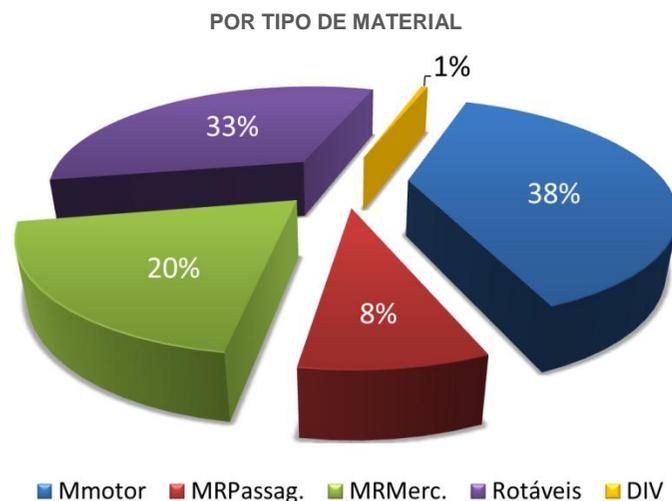


Reparação

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos três Parques Oficiais localizados em Contumil, Entroncamento e Barreiro.

O seu âmbito continuou a integrar os clássicos tipos de reparações programadas nas unidades e nos equipamentos, outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (RAV e RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

No seu conjunto o segmento da reparação, permitiu à Empresa realizar em 2012 rendimentos operacionais de 31.239 milhares de euros, o que correspondeu a 51% do valor de rendimentos globais da Empresa e o que se refletiu positivamente nos resultados deste segmento de negócio, como veremos mais adiante.



RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Em termos de reparação em **material motor e equipamentos**, destacam-se as seguintes reparações:

- 9 reparações do tipo R2 às UQE's 3500;
- 4 reparações do tipo R2 às UDD 450;
- 2 reparações do tipo R3 às Allan 350;
- 1 reparação do tipo R às UTD 592 da RENFE;
- 4 reparações gerais aos bogies dos CPA 4000;
- 1 revisão intermédia aos bogies dos CPA 4000;
- foram ainda efetuadas modificações de imagem a 10 UTE 2240;

Com a instalação do Pórtico de Carga de Bogies, foram executados os primeiros ensaios em bogies de CPA 4000.

No que concerne ao **material rebocado de passageiros**, foram realizadas 6 reparações do tipo R2 a carruagens modernizadas, 10 reparações do tipo LP (levante periódico) a carruagens (4 a carruagens modernizadas e 6 a carruagens corail). Foram ainda efetuadas modificações (montagem ABS nas carruagens da série 2074) a 10 carruagens modernizadas e 27 LI (levante intermédio) a carruagens climatizadas.

Relativamente ao **material rebocado de mercadorias** (vagões), o número total de reparações do tipo RSP e

RP ascendeu a 379, número abaixo do inicialmente planificado resultante da desativação comercial de alguns dos vagões onde estava previsto efetuar estas intervenções. Foi ainda executada a modificação da tração em 81 vagões da série 933.



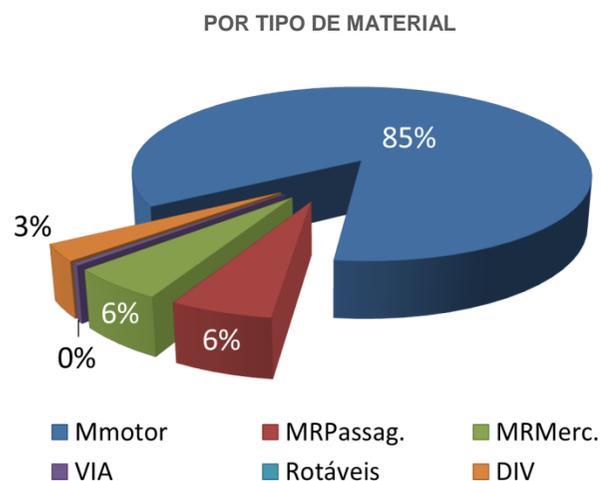
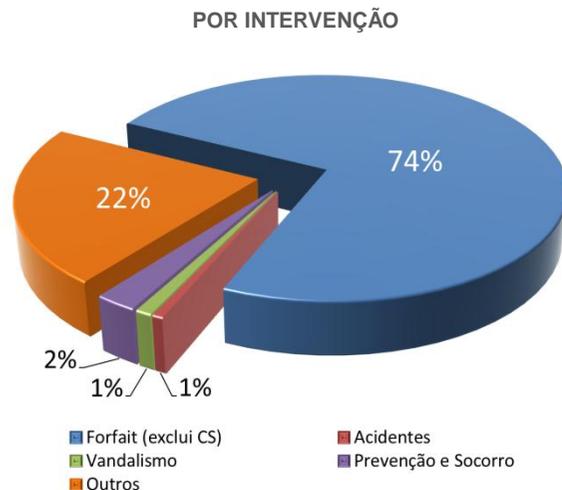
Manutenção

O objetivo nas atividades de manutenção corrente continuou centrado na procura permanente da eficácia de resposta às necessidades de fiabilidade e disponibilidade das frotas dos nossos clientes, dando especial prioridade ao cumprimento do programa anual de manutenção em todas as séries de material circulante ferroviário da CP.

No desempenho dessa atividade, continuaram plenamente dedicados os estabelecimentos oficiais de Manutenção localizados no Norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga, Livração, Régua e Mirandela), no Centro (Entroncamento), no Sul (Barreiro, Poceirão e Vila Real de Santo António) e em Lisboa (Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

Por sua vez a Empresa continuou a prestar em Guifões os serviços de manutenção corrente ao Metro do Porto.

No segmento da manutenção corrente a Empresa realizou um volume de negócios de 27.438 milhares de euros, o que correspondeu a 45% do valor de rendimentos globais da Empresa representando uma quebra de 4% em relação ao valor do ano anterior neste segmento. Tal quebra resulta da redução do nº de unidades ao serviço no ano de 2012.



RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

Continuou ainda a ser prestado todo o serviço de manutenção ao comboio turístico sazonal do Douro, situação que determina um esforço de preservação de tecnologia histórica, num serviço tão mediático do nosso Cliente e Acionista CP.

Reparada a avaria na locomotiva a Vapor 0186 foi realizada a visita Sazonal e a campanha de comboios a vapor 2012. A composição esteve disponível nas datas solicitadas pelo cliente.

Fabrico de vagões

Durante o ano de 2012 a UNP concluiu o contrato nº 55 0000 2803 – fabrico de 300 Vagões Plataforma de 60 pés (Sgnss) estabelecido com a CP-Carga. Foram entregues no ano de 2012, os últimos 40 vagões deste tipo e as respetivas peças de parque.

Neste momento procede-se ao período de garantia dos vagões, sendo que em 2012 terminou o período de garantia de 2 anos de 120 vagões Sgnss de 60 pés e 40 vagões Lgnss de 45 pés.

A EMEF está a realizar Visitas Técnicas aos vagões em serviço de modo que todos possuam uma Visita Técnica realizada ao fim de um ano de serviço

Reabilitação

Foi dada continuidade ao restauro/reparação do comboio Presidencial, para assim aproveitar o know-how e a mão-de-obra existente. Esta atividade, dada a sua especificidade, complexidade e dimensão, representa um excelente e digno cartão-de-visita representativo da experiência e do saber fazer que a empresa possui e cultiva constituindo uma mais-valia na promoção da imagem da EMEF para outros mercados específicos.

Foram feitos ensaios estáticos e dinâmicos finais na presença da FMNF, CP, REFER e IMTT aos veículos do comboio Presidencial.

Inovação e Desenvolvimento

Nesta vertente a empresa tem vindo a incrementar a sua atuação sendo de destacar as seguintes atividades:

PROJETOS FINANCIADOS: EUROPEUS E NACIONAIS:

- Cooperação e Realização de protótipos industriais para projetos de Inovação ferroviária com Universidades Portuguesas e Fabricantes de Material Ferroviário - projetos com conceção e fabrico de hardware, em interligação entre Instituto Superior Técnico, ISQ, REFER, BRISA, destinados ao desenvolvimento de soluções nas diversas áreas do sector ferroviário (Saferail, Interail, CargoVibes, Secur-ed, LightTrain, Wearwheel, MAXBE, Intrain, SIEF);
- Demonstração de Projectos Europeus I-Rail e Interail em Portugal - Neste projecto europeu foi desenvolvida uma solução em conjunto pelo IST e a EMEF de estrutura para aplicação em bogie do veiculo teste, com resultados de sucesso em ensaios realizados em linha.

ELETRÓNICA DE POTÊNCIA:

- Cooperação e desenvolvimento com a Carris e Metro de Lisboa – com o Início da reparação de equipamentos dos elétricos articulados da Carris, introduzindo melhorias no funcionamento térmico dos conversores auxiliares, e foram de modo idêntico realizadas intervenções de reparação de módulos de potência do material circulante do Metro de Lisboa.
- Investigação em eletrónica de potência com aplicação ferroviária - a Inovação da EMEF teve acesso a desenvolvimento de soluções que permitem incorporar diagnóstico da condição da tração em consonância com as modernas políticas de manutenção sob condição, e que têm impacto direto na redução da imobilização de material por avaria, e redução de custos em aprovisionamento de sobresselentes estratégicos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

PROJETO DO METRO DO PORTO:

- Implementação de um sistema de contagem de passageiros em 6 veículos Eurotram - permitem o tratamento e análise dos dados recolhidos de uma forma centralizada, permitindo o apoio a decisões de gestão e de adequação do serviço comercial, de acordo com a procura existente em cada um dos serviços realizados.
- Aumentar a capacidade de armazenamento de dados do sistema de informação ao passageiro - este aumento permite acomodar todas as mensagens de áudio pré-gravadas necessárias para as expansões previstas para a rede Metro do Porto.

MANUTENÇÃO CENTRADA NA FIABILIDADE/CONDIÇÃO (PROJETO COM O OPERADOR BRITÂNICO NORTHERN RAIL)

Este projeto permite ao operador ferroviário britânico, de forma fiável e antecipada, detetar e resolver problemas durante as marchas, relacionados com o funcionamento das portas de acesso e da cadeia de tração diesel, que têm impacto no serviço comercial.

Faz também parte do âmbito deste projeto a monitorização do consumo de combustível de forma a tornar mais eficiente a condução dos maquinistas.

PROJETO COM FABRICANTE HITACHI

Este projeto destina-se a melhorar as condições de manutenção e do fornecimento de uma interface comum com os diversos subsistemas do conjunto de 29 comboios da Class 395, gerida pelo operador Southeastern Rail, sendo esta a primeira frota na Europa do fabricante Japonês Hitachi.

PROJETO MANUTENÇÃO REMOTA NOS CPAs 4000

Este projeto irá permitir o desenvolvimento de uma poderosa ferramenta de apoio à metodologia de manutenção RCM online, sendo também integrada com o software de gestão de manutenção PGF4000.

PORTAL INFOTEC

Em 2012 efetuaram-se melhorias no registo e classificação de avarias/incidentes, tratamento técnico das séries e registo diário de intervenções. O módulo de gestão de avarias / RCM está a ser, em conjunto com a CP, integrado no modus operandi dos registos oficiais e a informação gerada a ser utilizada nas reuniões mensais de classificação e tratamento de ocorrências.

REENGENHARIA EM MATERIAL CIRCULANTE

No comboio Alfa Pendular está em curso a implementação de solução alternativa para a substituição dos indicadores de informação aos passageiros devido à sua baixa fiabilidade e elevados custos de substituição.

INTERFACE COM CAIXA NEGRA DOS COMBOIOS NO REINO UNIDO

Esta interface possibilitará a implementação da Telemanutenção da EMEF em cerca de 1500 unidades de Material Circulante no Reino Unido que utilizam estas caixas negras. Estão já em decurso o desenvolvimento de projetos com a operadora Britânica East Midlands Trains e Arriva Trains Wales.



RELATÓRIO DE GESTÃO

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Resultado Operacional

Pese embora a conjuntura económica desfavorável, a EMEF registou em 2012 uma melhoria acentuada no seu Resultado Operacional no valor de +8 milhões de euros relativamente ao ano transato. Este desempenho resultou principalmente da quebra significativa dos gastos operacionais em 29% (-22,8 milhões de euros) conjugada com a variação de igual sentido nos rendimentos operacionais que registaram uma diminuição na ordem dos 19% (-14,8 milhões de euros).

(euros)	2012	2011	Δ%
Rendimentos Operacionais			
Vendas e Serviços Prestados	63.267.091	76.038.514	-17%
Rendimentos Suplementares	1.423.798	1.567.028	-9%
Variações Invent. Produção	(1.713.378)	(815.799)	-110%
Outros Rendimentos	1.909.333	2.931.489	-35%
	64.886.844	79.721.232	-19%
Gastos Operacionais			
C. Merc.Vend. e Consumidas	15.630.558	28.323.287	-45%
Forn. e Serv. Externos	9.539.694	11.217.336	-15%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	25.156.949	31.944.625	-21%
Rescisões mútuo acordo	1.707.270	3.845.926	-56%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	1.480.444	1.674.464	-12%
Outros Gastos	3.134.837	2.471.302	-27%
	56.649.752	79.476.940	-29%
Resultado Operacional	8.237.092	244.293	3272%

A diminuição dos rendimentos operacionais é justificada maioritariamente pela quebra no segmento de fabrico, resultante da conclusão dos contratos com a CP Carga para fornecimento de vagões, como se pode constatar no quadro seguinte:

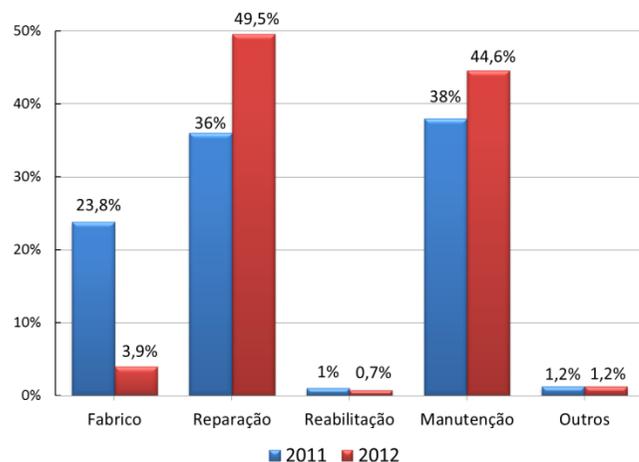
RENDIMENTOS* POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

(euros)	2012	2011	Δ%
Segmento de atividade			
Fabrico	2.431.305	17.902.627	-86%
Reparação	31.238.556	27.996.229	12%
Manutenção	27.437.712	28.569.348	-4%
Reabilitação	446.140	754.511	-41%
	61.553.713	75.222.715	-18%

* Vendas + SP + VIP

Relativamente à evolução dos rendimentos por segmento de atividade, verifica-se que em 2012, a reparação é o segmento que mais contribuiu para os resultados. Os trabalhos já efetuados a nível da recuperação do Comboio Presidencial contribuíram para o valor do segmento de reabilitação.

RENDIMENTOS POR SEGMENTO



Como se pode constatar no quadro abaixo, a redução de rendimentos para o cliente CP Carga, S.A. é explicada pela quebra na atividade de fabrico:

RENDIMENTOS* POR CLIENTE

(euros)

Cliente	2012	2011	Δ%
CP	42.707.551	41.485.404	3%
CP CARGA	9.558.573	23.968.295	-60%
BOMBARDIER/PROMETRO	4.239.723	4.634.547	-9%
EMEF/SIEMENS ACE	2.503.661	1.030.196	143%
REFER	266.478	646.373	-59%
METRO DO PORTO	178.825	738.876	-76%
RENFE	894.928	931.906	-4%
OUTROS	1.203.973	1.787.120	-33%
Total	61.553.713	75.222.715	-18%

* Vendas + SP + VIP

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

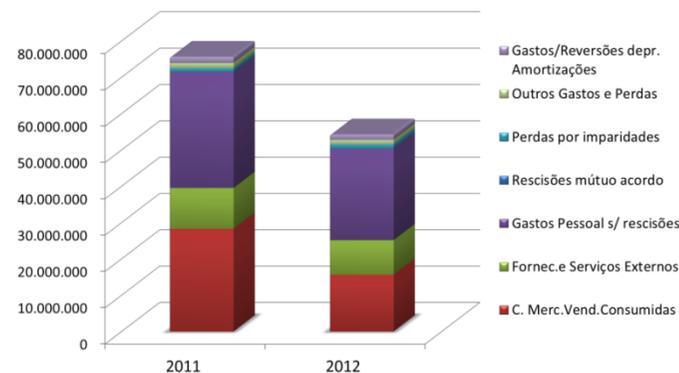
ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

Gastos

Tal como focado anteriormente, no ano de 2012 registou-se uma quebra de 22,8 milhões de euros nos gastos operacionais da empresa para o qual contribuíram significativamente:

- A redução dos fornecimentos e serviços externos em 15% (-1,7 milhões de euros)
- A diminuição dos gastos totais com pessoal em 25% (-8,9 milhões de euros)
- O decréscimo do custo das mercadorias consumidas em 45% (-12,7 milhões de euros), motivado essencialmente pela quebra da atividade de fabrico.

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DE GASTOS



A adoção de medidas conducentes à contenção de custos através de uma gestão eficiente e racionalização dos fornecimentos e serviços externos e a implementação das políticas de redução remuneratória impostas pela Lei nº 55-A/2010, foi determinante para atingir largamente os objetivos impostos às empresas do Setor Empresarial do Estado – redução dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 15% face ao ano 2009, onde a EMEF se insere:

GASTOS OPERACIONAIS

(euros)

	2012	2011	2009	Δ% (2012/2009)
Fornecimentos e serviços externos	9.539.694	11.217.336	15.774.246	-40%
Gastos com pessoal (s/ rescisões)	25.156.949	31.944.625	40.789.545	-38%

Gastos de financiamento e Resultado Líquido

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

GASTOS DE FINANCIAMENTO

(euros)

	2012	2011	Δ%
Juros Empréstimos Bancários	467.529	786.875	-41%
Juros Acordos Grupo	801.495	377.937	112%
Juros Descobertos Bancários	615.670	378.157	63%
	1.884.694	1.542.969	22%

O resultado líquido seguiu a tendência favorável do resultado operacional, tendo registado uma melhoria de 7,6 milhões de euros relativamente ao ano 2011, apesar do aumento de 22% dos gastos de financiamento, justificados pelo aumento substancial das taxas de juro e spreads associados aos financiamentos.

RESULTADO LÍQUIDO

(euros)

	2012	2011	Δ%
Rendimentos Operacionais	64.886.844	79.721.232	-19%
Gastos Operacionais	56.649.752	79.476.940	-29%
Resultado Operacional	8.237.092	244.293	3272%
Gastos de Financiamento	1.884.694	1.542.969	22%
Resultado Líquido	6.306.705	(1.341.031)	570%

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

Estrutura Patrimonial

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

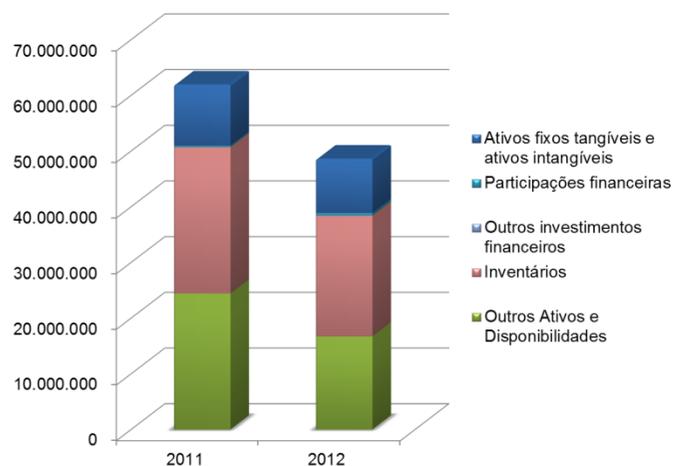
(euros)

	2012	2011	Δ€	Δ%
Ativo				
Não corrente	10.198.853	11.230.013	(1.031.159)	-9%
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	9.750.157	10.959.314	(1.209.157)	-11%
Participações financeiras	430.696	270.699	159.998	59%
Outros investimentos financeiros	18.000	-	18.000	0%
Corrente	38.525.304	50.704.409	(12.179.105)	-24%
Inventários	21.687.347	26.271.451	(4.584.104)	-17%
Outros Ativos e Disponibilidades	16.837.957	24.432.959	(7.595.002)	-31%
Total do Ativo:	48.724.158	61.934.422	(13.210.264)	-21%
Capital Próprio e Passivo				
Capital	5.066.640	3.752.654	1.313.986	35%
Resultado Líquido	6.306.705	(1.341.031)	7.647.737	570%
Passivo não corrente	6.356.768	6.783.559	(426.791)	-6%
Provisões	1.143.094	502.000	641.094	128%
Financiamentos obtidos	5.213.675	6.281.560	(1.067.885)	-17%
Passivo corrente	30.994.044	52.739.240	(21.745.196)	-41%
Acionistas/sócios	10.500.000	7.500.000	3.000.000	40%
Financiamentos obtidos	9.407.546	17.441.888	(8.034.342)	-46%
Outros passivos	11.086.498	27.797.352	(16.710.854)	-60%
Total do Capital Próprio e Passivo	48.724.158	61.934.422	(13.210.264)	-21%

Ativo

No final do exercício de 2012, o Ativo apresentava uma redução de 13,2 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente da diminuição do Ativo Corrente, justificada pela redução nas rubricas de Inventários (trabalhos em curso e matérias primas, subsidiárias e de consumo) e Clientes (fim da atividade de fabrico e consequente diminuição na faturação a Clientes).

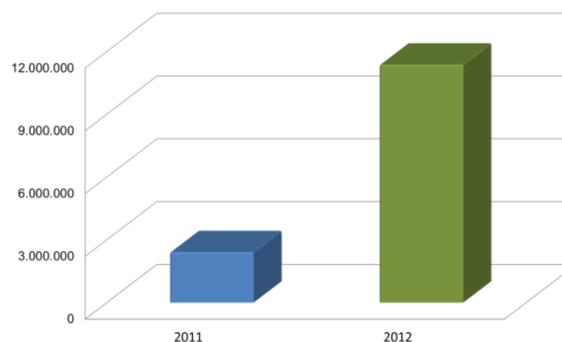
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



Capital Próprio

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2012 um aumento de 8,9 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:

EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO



As principais alterações ocorridas no Capital Próprio no exercício de 2012 derivam essencialmente de dois aspetos:

- Resultado líquido positivo no valor de 6,3 milhões de euros;
- Aumento das prestações acessórias de capital em 2,6 milhões de euros, 100 mil euros destinados a financiar o novo torno de fosso de Campolide e 2,5 milhões de euros resultantes da conversão de empréstimo do acionista.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

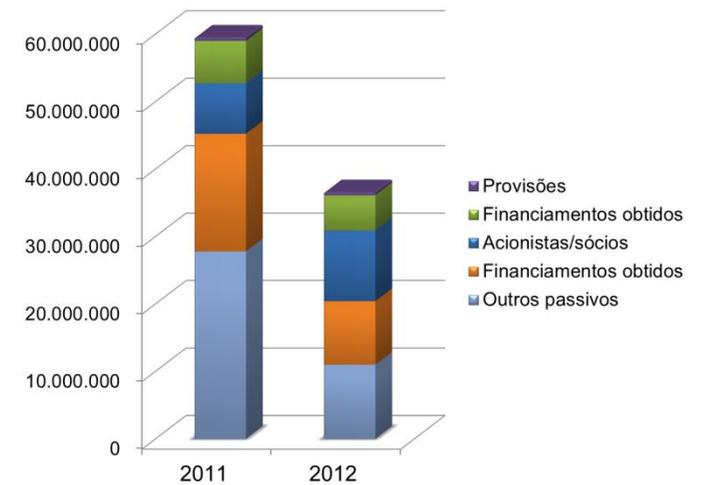
ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

Passivo

Em termos de Passivo total, no final do exercício de 2012, verificou-se uma diminuição no valor de 22,2 milhões de euros. Esta evolução é explicada basicamente por três efeitos:

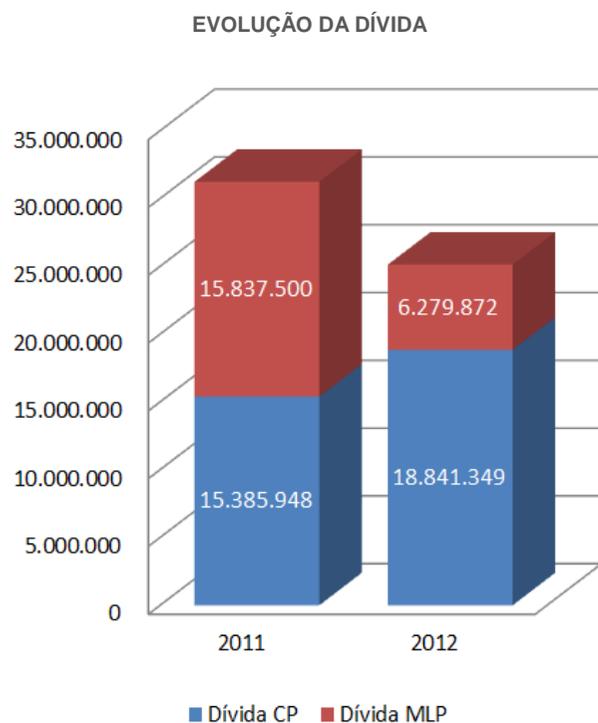
- Redução do financiamento bancário (curto prazo e médio e longo prazo) em 9,1 milhões de euros a que corresponde a um decréscimo do endividamento bancário de 38%
- Redução substancial da rubrica de fornecedores em 6,8 milhões de euros
- Redução nos diferimentos em 4,1 milhões de euros, justificado principalmente pela anulação dos adiantamentos dos vagões fabricados para a CP Carga resultantes da conclusão dos contratos respetivos.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO



Recursos Financeiros – Evolução da dívida financeira

No final de 2012 verificou-se uma diminuição da dívida total em 6,1 milhões de euros face ao ano 2011, cuja repartição é a que se apresenta no gráfico abaixo:



Relativamente à estrutura da dívida, houve um ligeiro aumento da utilização de descobertos bancários (0,4 milhões de euros) mas a empresa conseguiu proceder à amortização de 9,6 milhões de euros à banca, tendo aumentado o valor de empréstimos do acionista apenas em 3 milhões de euros.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

4. INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA

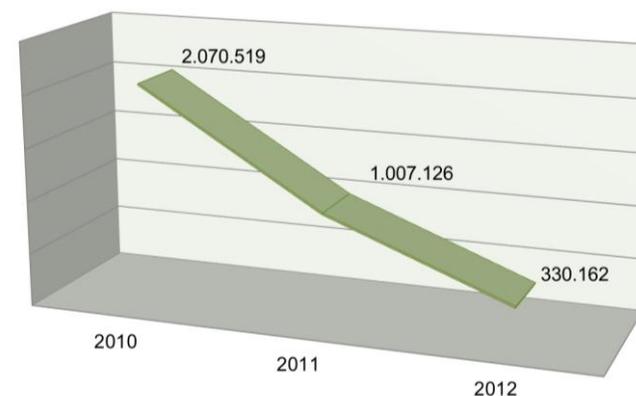
O investimento realizado no exercício de 2012 ascendeu a 330 mil euros, valor que inclui apenas 2,6 mil euros de ativo fixo em curso no final do exercício.

O investimento mais relevante efetuado e concluído em 2012 foi a aquisição e instalação de um novo pórtico de carga para o Entroncamento, no valor global de 275 mil euros.

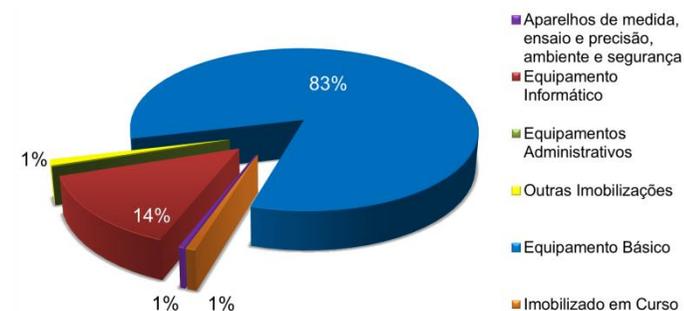
Foi ainda concluído no ano, o investimento em extratores de fumos que transitou em curso do ano anterior.

Relativamente ao ano 2011, o investimento sofreu uma redução na ordem dos 67%, concentrando-se basicamente em equipamento básico, como se pode constatar nos gráficos abaixo que ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2010 e a repartição do montante investido em 2012 por naturezas de bens do ativo da empresa.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



II. GOVERNO DA SOCIEDADE

A. PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

1. Missão, Objetivos e Políticas

Norteadas para ser referência nacional em material circulante ferroviário, a EMEF assume como missão, criar valor para os clientes, trabalhadores e acionista, conquistando competitividade e adequando o negócio de manutenção e recuperação de material circulante à procura nacional e internacional, para alcançar por si só a sua continuidade.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos pelo:

- Proteção do ambiente;
 - Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financieira e continuidade das operações de modo independente.
- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
 - Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

2. Regulamentos Internos e Externos

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

Regulamentos Internos

1. Estatutos da Sociedade
2. Acordos de Empresa
3. Código de Ética
4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética
5. Manual da Qualidade
6. Política da Qualidade Ambiente e Segurança
7. Procedimentos Funcionais do Ambiente
8. Procedimentos Funcionais da Qualidade
9. Manual de Recursos Humanos
10. Política de Recursos Humanos
11. Procedimentos de Recursos Humanos
12. Regulamento de Categorias Profissionais
13. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
14. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços

15. Regulamento de Controlo de Alcoolémia

Regulamentos Externos

1. Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro – alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto – Regime jurídico do Setor Empresarial do Estado
2. Decreto-Lei n.º 75/2003, de 16 de abril – Regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional
3. Decreto-Lei n.º 78/2004, de 03 de abril – Regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera
4. Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho - Regime geral de gestão de resíduos
5. Decreto-lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro – Regulamento geral do ruído
6. Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público
7. Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março – Princípios do bom

- governo das empresas do setor empresarial do Estado
8. Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro - Código dos Contratos Públicos
 9. Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril – Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia
 10. Decreto-lei n.º 103/2008, de 24 de junho - Visa assegurar a livre circulação das máquinas e respetivos acessórios, fixando igualmente os requisitos essenciais para a saúde e a segurança dos trabalhadores e dos consumidores
 11. Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho – Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais
 12. Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro – Regime do exercício da atividade industrial
 13. Despacho n.º 438/10-STEF, de 10 de maio – Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
 14. Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio - Sistema de certificação das entidades responsáveis pela manutenção de vagões de mercadorias

15. Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Altera e Republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro – Gestão das Águas superficiais e subterrâneas.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

3. Informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

(euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	6.345.973	43.010.189
CP CARGA	3.149	11.778.629
FERGRÁFICA	375	312.800
ECOSAÚDE	82.887	250
FERNAVE	0	1.405
EMEF INTERNACIONAL	443	9.197
EMEF/SIEMENS, ACE	1.896	3.118.151

4. Informação sobre outras transações

A entidade cujos fornecimentos ultrapassaram um milhão de euros é unicamente a seguinte:

(euros)

Empresa	Faturação 2012
C.P., E.P.E.	7.485.919

5. Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é acionista universal da EMEF. A EMEF tem como Órgãos Sociais: a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o ROC.

I. Órgãos Sociais

a) Mesa da Assembleia Geral

Presidente
Maria Romana da Cunha Honório Paulino Correia de Vasconcelos

Secretário
Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins

b) Conselho de Administração

Presidente
Alfredo Vicente Pereira

Vogais
Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins
José Manuel Sancho Pontes Correia

c) Conselho Fiscal

Presidente
Alfeu Pimentel Saraiva

Vogais
Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira
Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro

Suplente
Carla Manuela Serra Galdes

d) ROC

Horwath & Associados, SROC, Lda.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Distribuição de Pelouros

Cargo e Nome	Funções e Responsabilidades	
	Até 30-11-2012	A partir de 30-11-2012
Presidente Dr. Alfredo Vicente Pereira	Coordenar a ação dos membros do Conselho de Administração	Coordenar a ação dos membros do Conselho de Administração
		Direção de Recursos Humanos
		Direção Financeira
		Setor de Auditoria Interna
		Gabinete Jurídico e Contencioso
Vogal	Direção de Recursos Humanos	
Dr.ª Rita Adelaide da Silva Mendes Alho Martins		Direção Financeira
		Setor de Auditoria Interna
		Gabinete Jurídico e Contencioso
	Parque Ofical Norte	Parque Ofical Norte
	Parque Ofical do Entroncamento	Parque Ofical do Entroncamento
	Parque Ofical Sul	Parque Ofical Sul
	Unidade de Manutenção de Alta Velocidade	Unidade de Manutenção de Alta Velocidade
Vogal	Unidade de Novos Projetos	Unidade de Novos Projetos
Eng.º José Manuel Sancho Pontes Correia		Unidade de Inovação e Desenvolvimento
		Direção de Engenharia
		Direção de Logística
		Direção de Qualidade, Ambiente e Segurança
		Direção de Qualidade, Ambiente e Segurança
	Direção de Sistemas de Informação	Direção de Sistemas de Informação
	Gabinete de Gestão de Obras e Património	Gabinete de Gestão de Obras e Património

Curricula vitae resumidos

DR ALFREDO VICENTE PEREIRA (Presidente do CA)

Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte letiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management advance (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa. Desde junho de 2010 é Vice-Presidente da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

No seu percurso profissional, foi entre 2005 e junho 2010, Vice-Presidente da REFER, E.P.E. – gestão da infraestrutura ferroviária.

Anteriormente foi Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto Diretor Executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi Presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF,

sub-holding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de gestão da VALORSUL e da GENERG. Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999 e posteriormente entre 2003 e 2009 como professor convidado.

DRA. RITA ALHO MARTINS (Vogal do CA)

Desde novembro de 2006 – Vogal Executiva do Conselho de Administração da EMEF. Mestre em Contabilidade pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Licenciada em Direito pela Universidade Internacional, Bacharel em Gestão Hoteleira pelo Instituto Superior Politécnico Internacional, Pós Graduada em Estudos Europeus – Variante Económica, pela Universidade Católica.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Vogal do Conselho Fiscal dos

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

Estabelecimentos Fabris do Exército, de Chefe de Departamento de Planeamento, Controlo de Gestão e Estudos Económicos na INDEP – Indústrias Nacionais de Defesa, EP, de Vogal do Conselho de Gerência e Diretora Administrativa, Financeira e de Informática do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, de Administradora do pelouro financeiro da SOINTAL – Casinos do Algarve, SA, de Administradora do pelouro financeiro e Diretora da CREDIVALOR – Sociedade Parabancária de Valorização de Créditos, SA.

Na área académica, é docente de Matemática do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa desde 1975, lecionou cursos de formação e elaborou manuais de cálculo financeiro para o Ministério das Finanças da República Popular de Moçambique entre 1981 e 1983, lecionou cursos de formação de gestão financeira na EUROGEC, Lda., em 1994.

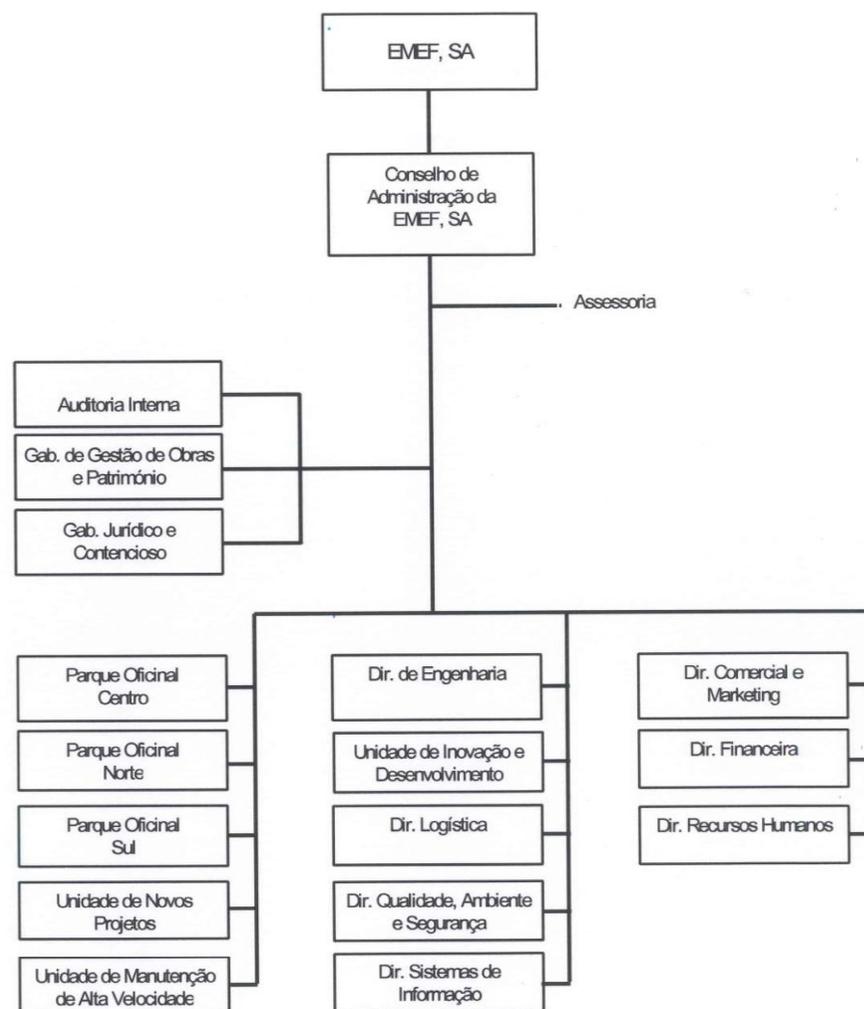
ENG. JOSÉ MANUEL SANCHO PONTES CORREIA (Vogal do CA)

Desde junho de 2010 – Vogal Executivo do Conselho de Administração da EMEF. Licenciado em Engenharia Civil (Urbanização e Transportes), pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Chefe do Serviço de Horários da CP, de representante da CP na Comissão de Horários da UIC e no Fórum Train-Europe, de Representante da CP e do Ministério dos Transportes na Comissão Permanente da Hora, de Responsável pela Equipa de Implementação do Serviço Alfa Pendular da CP, de Vogal da Comissão Executiva da UVIR (Unidade de Viagens Interurbanas e Regionais), de Responsável pela gestão das infraestruturas ferroviárias e projetos ramais, de Diretor Coordenador da CP – Longo Curso e de Representante na Comissão de Passageiros (UIC) e no Grupo de Trabalho de Passageiros (CER). Exerceu, ainda, funções de Administrador Executivo da empresa FERBRITAS, S.A., Empreendimentos Comerciais e Industriais e de Responsável técnico pela exploração e comercialização dos Agregados produzidos nas Pedreiras de Monte das Flores e Castelo Ventoso.

II. Estrutura Organizacional

O organograma da empresa configura-se do seguinte modo:



GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Estrutura societária nas participadas

A EMEF tem participação financeira nas seguintes empresas, cuja composição societária é a seguinte:

DESIGNAÇÃO	EMEF
EMEF INTERNACIONAL SA	95%
EMEF /SIEMENS ACE	51%

A EMEF Internacional, S.A. foi constituída pela EMEF e CP para desenvolver a atividade de fabrico, reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários numa perspetiva internacional. Esta empresa encontra-se em dissolução desde 11 de junho de 2012.

A EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.



6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

A remuneração dos Órgãos Sociais é fixada por deliberação da acionista universal em Assembleia Geral.

Conselho de Administração

	Presidente Dr. Vicente Pereira*	Vogal Drª Rita Alho Martins**	Vogal Engº Pontes Correia
Mandato	2	1	1
Adaptado ao EGP (Sim/Não)		Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.) (€)	0	46.262	55.942
OPRLO		Não	Não
Entidade de Origem (identificar)			
Entidade pagadora (origem/Destino)			
1.1.Remuneração Anual (€)	-	47.729	54.315
1.2.Despesas de Representação (Anual) (€)	-	12.975	17.784
1.3.Senha de presença (Valor Anual) (€)	-	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	-	2.917	3.230
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011 (€)	-	5.542	6.216
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal (€)	-	5.983	6.711
1.7.Reduções de anos anteriores (€)	-	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7) (€)	0	46.262	55.942
2. Remuneração variável (€)	-	0	0
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT) (€)	-	0	0
4.Outras (identificar) (€)	-	0	0
Subsídio de deslocação (€)	-	0	0
Subsídio de refeição (€)	-	1.928	2.067
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros) (€)	-	4.120	4.805
Seguros de saúde (€)	-	251	274
Seguros de vida (€)	-	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais (€)	-	295	321
Outros (indicar) (€)			
Seguro Responsabilidade Civil	-	623	623
Seguro Acidentes Trabalho	-	385	463
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	S	N	N
Entidade (identificar)	CP		
Remuneração Anual (€)			

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

	Presidente Dr. Vicente Pereira*	Vogal Dr ^a Rita Alho Martins**	Vogal Eng ^o Pontes Correia
Parque Automóvel			
Mandato	2	1	1
Modalidade de Utilização	-	AOV	AOV
Valor de referência da viatura nova (€)	-	33.214	47.989
Ano Início	-	2.011	2.008
Ano Termo	-	2.015	2.013
N.º prestações (se aplicável)	-	48	55
Valor Residual (€)	-	13.705	23.359
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	-	595/6.549	776/9.276
Combustível gasto com a viatura (€/litros)	-	2.328/1.767	2.018/1.535
Plafond anual Combustível atribuído (€***/litros)	-	2.613/1.800	2.613/1.800
Outros (Portagens / Reparações / Seguro) (€)	-	1.869	1.709
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	-		
Outras regalias e compensações			
Mandato	2	1	1
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis (€)	-	120	120
Gastos anuais com comunicações móveis (€)	-	542	235
Outras (indicar) (€)	-		
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	-		
Gastos c/ deslocações			
Mandato	2	1	1
Custo total anual c/ viagens (€)	-		
Custos anuais com Alojamento (€)	-		45
Ajudas de custo (€)	-		
Outras (indicar) (€)	-		

* O Presidente do Conselho de Administração acumula funções de vice-presidente da CP, empresa pela qual é remunerado

** Renunciou ao cargo de Vogal do Conselho de Administração a partir de 30-nov-2012

*** O valor médio por litro do gasóleo no ano de 2012 ascendeu a 1,452€ (Fonte: Boletim Mensal 1-2013 da Autoridade da Concorrência)

AUDITOR EXTERNO

(euros)

Auditor Externo	2011	2012
Remuneração anual fixa (€)	10.648	10.648
Redução remuneratória (€)*	0	0
Remuneração anual efetiva (€)	10.648	10.648

* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

(euros)

ROC	2011		2012
	KPMG	Crowe Horwath	Crowe Horwath
Remuneração anual fixa (€)	7.500	4.500	5.395
Redução remuneratória (€)*	750	0	0
Remuneração anual efetiva (€)	6.750	4.500	5.395

* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

**GOVERNO DA
SOCIEDADE***PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO*

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

7. Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental

No desenvolvimento da atividade no ano de 2012, a EMEF deu continuação ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos.

RESPONSABILIDADE ECONÓMICA

O principal destaque vai para o resultado do EBITDA que teve um acréscimo substancial em 2012 (9M€), nos quais já se inclui os gastos com indemnizações (1,7M€).

Alcançou-se uma melhoria do índice de cobertura dos gastos operacionais que atingiu 123% contra 102% em 2011. Reduziu-se o endividamento bancário numa percentagem de 38%.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A EMEF garante o seu compromisso com o Ambiente através da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, possuindo um Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde o ano de 2000 conforme norma NP EN ISO 9001. Desde Janeiro de 2012 que o Sistema de Gestão de Recursos Humanos encontra-se certificado segundo a norma NP 4427:2004.

De forma a dar cumprimento ao acima exposto, o programa anual de auditorias internas global contemplou, para além dos requisitos ligados às normas NP EN ISO 9001, NP 4427 e à Segurança Ocupacional, também a avaliação de requisitos de Gestão Ambiental, contribuindo para a melhoria do desempenho ambiental da EMEF.

Para garantir essa Gestão Ambiental, existe uma estrutura em toda a empresa enquadrada pela Direção da Qualidade, Ambiente e Segurança (segundo orientação geral da Administração da EMEF) e por responsáveis nas várias Direções Operacionais, assegurando o fluxo de comunicação e de atividades conducentes aos objetivos definidos.

Em matéria ambiental, destacam-se durante o ano de 2012 as seguintes ações:

- a) A operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, registo anual de resíduos no portal SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos e de ruído ambiental;
- b) Monitorização e gestão do contrato global de resíduos, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF;
- c) Realização de ações de comunicação, de modo a melhorar as práticas, nomeadamente na separação e encaminhamento de resíduos;
- d) Análise e comunicação de requisitos regulamentares aplicáveis à atividade da empresa;
- e) Realização de ações decorrentes dos “Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia” (ARCE) aprovados pela Direção Geral de Energia e Geologia (instalações do Entroncamento e Guifões);
- f) Realização de ações de formação em Gases Fluorados de Efeito de Estufa (GFEE);

- g) Elaboração de artigo para revista EMEF Digital: Tintas “verdes” na manutenção de veículos ferroviários.

Para além das atividades habituais da EMEF relativamente a aspetos ambientais, a EMEF colaborou também em ações desenvolvidas pelos Clientes, nomeadamente:

- a) Na análise e comunicação de requisitos da CP, EPE, associados aos Gases Fluorados de Efeito de Estufa (GFEE);
- b) Na recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade de 2011 da CP, EPE;
- c) Na definição, desenvolvimento e comunicação de ações corretivas, de forma a eliminar as causas das constatações identificadas em duas auditorias de gestão ambiental realizadas pela CP-CARGA.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

RESPONSABILIDADE SOCIAL

PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE GÉNERO

Níveis de qualificação e cargos de Direção e Chefia por sexo:

Nível de Qualificação	Sexo				Total
	Feminino	%	Masculino	%	
Quadros Superiores	26	22%	90	78%	116
Diretores	3	18%	14	82%	17
Chefes de Área	13	24%	41	76%	54
Quadros Intermédios	0	0%	105	100%	105
Profissionais altamente qualificados	13	52%	12	48%	25
Profissionais qualificados	8	1%	854	99%	862
Profissionais semiquaificados	1	100%	0	0%	1
Profissionais não qualificados	0	0%	1	100%	1
Totais	48	4%	1.062	96%	1.110

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo e existe uma Comissão de Ética à qual pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do mesmo Código.

O processo de recrutamento externo garante a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos;

As políticas salariais e de formação têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens;

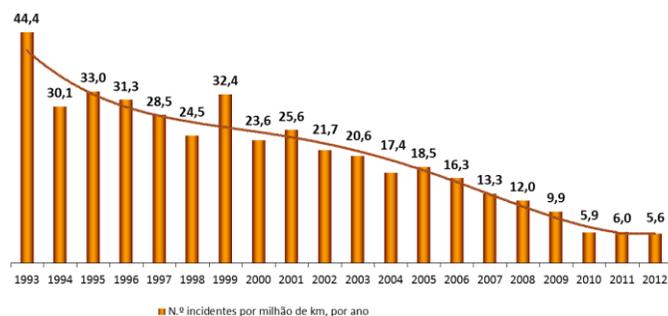
As competências dos trabalhadores e das trabalhadoras são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia;



APOIO A CLIENTES E GRAU DE SATISFAÇÃO

Em 2012, a fiabilidade média do material circulante motor (Incidentes/milhão de Km cuja responsabilidade foi considerada da EMEF) melhorou face a 2011, registando o melhor valor de sempre desde há 20 anos.

FIABILIDADE GLOBAL EMEF, POR ANO



NOTA : Dados do portal INFOTEC registados como “incidentes”. Não se encontram contabilizados os incidentes e quilómetros percorridos relativos a unidades de material circulante que se encontrem em período de garantia do fabricante, nem os relativos a locotractores e ao material rebocado de passageiros e mercadorias.

A (in)disponibilidade está associada à “capacidade de resposta” da EMEF em entregar diariamente as unidades de material circulante necessárias à prestação do Serviço de transporte pelo Cliente. Em 2012 verifica-se uma ligeira subida. Em qualquer caso, estes dados são continuamente monitorizados pelos Órgãos Oficiais, com vista ao seu controlo e à disponibilização do material circulante de acordo com as necessidades dos Clientes.

INDISPONIBILIDADE GLOBAL EMEF, POR ANO



GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

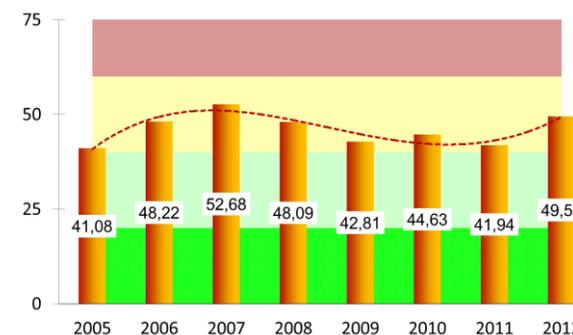
As figuras seguintes apresentam a evolução dos valores anuais de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes de trabalho.

Desde 2005 até Novembro de 2012, verifica-se uma oscilação nos valores dos indicadores referidos, com quebra da melhoria em 2012.

No ano passado, o valor de índice de gravidade (I_g) reflete um aumento médio de 2,4 dias de baixa por acidente de trabalho face ao ano anterior. O índice de frequência (I_f) piorou cerca de 8,5% face à média, sendo que entre outros, fatores como a deslocação da atividade para outros locais e a reorganização e adaptação a novos layouts, a par de questões de índole motivacional associadas ao contexto, tendem a contribuir para o aumento da probabilidade de ocorrências.

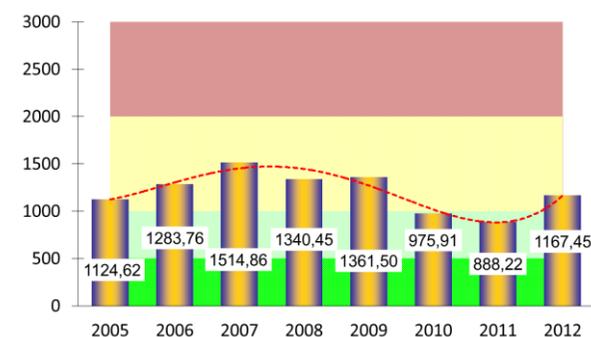
Sem prejuízo da necessidade de melhoria, os valores de I_f e I_g em 2012, enquadram-se na classificação de “médio”, em comparação com critérios da Organização Mundial de Saúde.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE FREQUÊNCIA (IF) 2005 – 2012



$$if = \frac{(N^{\circ} \text{ Acidentes com Baixa}) \times 10^6}{N^{\circ} \text{ Horas homem trabalhadas}}$$

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE (IG) 2005 – 2012



$$ig = \frac{(N^{\circ} \text{ dias úteis perdidos}) \times 10^6}{N^{\circ} \text{ Horas homem trabalhadas}}$$

Em termos de coordenação direta da DQAS, via Coordenador Geral de Higiene e Segurança no Trabalho e ou estrutura SHT Local, destacamos ainda:

- **Diretiva ATEX** – Implementação do Manual de Proteção Contra Explosões - “Diretiva ATEX”, através da sua elaboração e posterior aprovação pela Administração da EMEF.
- **Avaliações de risco** – Gestão do processo para a medição da exposição dos trabalhadores ao ruído ocupacional nas instalações utilizadas pelo POS no Poceirão e nas instalações do POC, em conjunto com as estruturas SHT dos Órgãos referidos. Gestão do processo para a medição da qualidade da água para consumo humano nos SC.
- **Segurança contra incêndios (SC)** – Gestão de extintores dos SC (Reboleira) para garantia da conformidade com a legislação. Foram compiladas as informações sobre os equipamentos de combate a incêndios existentes nos Órgãos da EMEF. Realizada reunião com a Autoridade Nacional de Proteção Civil com o objetivo de facilitar a aplicação dos regulamentos legais de segurança contra incêndios nos vários Órgãos

da EMEF, trabalhos que ainda decorrerão durante 2013.

- **Relatórios anuais da atividade SHT** – Consolidação e tratamento de informação dos Órgãos Locais e Serviços Centrais e respetivo registo dos dados de SHT, por estabelecimento, para inclusão no relatório único no portal eletrónico oficial.
- **Difusão de informação internamente** – Área SHT - Publicação na EMEF Magazine dos artigos “A Segurança e a Saúde Ocupacionais na atualidade”, de uma anotação técnica sobre substâncias químicas perigosas e de um estudo estatístico sobre os acidentes de trabalho na EMEF.
- **Acidentes de trabalho** – Acompanhamento da evolução dos índices globais de acidentes de trabalho (índice de frequência, gravidade e incidência) e medidas com vista ao seu controlo e prevenção. Elaborado estudo sobre as características dos acidentes de trabalho (laborais) da EMEF no período 2005 a 2011, designadamente sobre o tipo e a localização das lesões nos trabalhadores e a distribuição dos acidentes por escalão etário e antiguidade na empresa.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

- **Vestuário de trabalho** – Revisão à especificação do vestuário de trabalho da EMEF, simplificando-a. Elaborada nova edição da norma que enquadra a gestão do vestuário de trabalho, com posterior aprovação pela Administração da EMEF. Realizado novo concurso e novo contrato para o fornecimento do vestuário de trabalho, com a colaboração da Direção de Logística e do Gabinete Jurídico e Contencioso.
- **Integração com o Sistema de Gestão da Qualidade** – Foram integrados alguns procedimentos SHT com procedimentos obrigatórios do Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela norma NP EN ISO 9001, numa ótica de simplificação e eficiência (Procedimentos de Controlo dos Registos e de Controlo de documentos e de dados).

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Absentismo

O absentismo situou-se nos 7,6%, contra 7,74% em 2011, sendo os motivos principais indicados no seguinte gráfico:



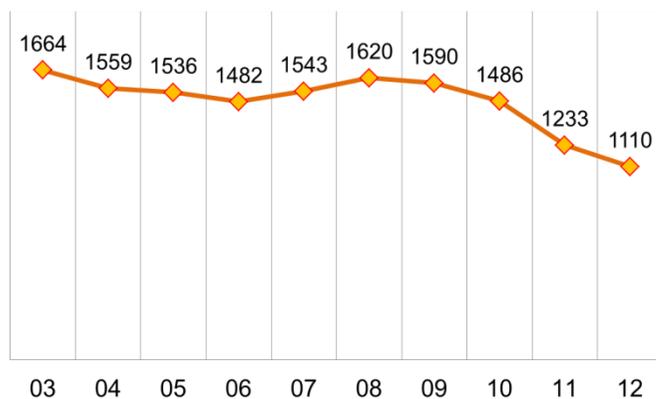
Empregabilidade

O ajustamento dos recursos humanos à carga de trabalho, a melhoria das suas qualificações e competências e a consequente melhoria dos padrões de desempenho e de produtividade continuaram a ser, no ano de 2012, as principais bases de atuação.

Em 31 de Dezembro de 2012 o efetivo da EMEF situou-se nos 1110 colaboradores, dos quais 96% são homens e 4% são mulheres.

A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO



Os colaboradores com contrato de trabalho sem termo correspondem a 99,82% do total do efetivo. Com contrato a termo certo encontra-se, apenas, 1 colaborador e com contrato de cedência ocasional, também, 1 colaborador.

No ano de 2012 foi integrado nos quadros Empresa 1 colaborador contratado a termo.

VÍNCULO LABORAL

	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Contrato Cedência Temporário Ocasional	1		1	0,1%
Contrato sem termo				
Trabalhadores admitidos diretamente para a EMEF	420	24	444	40,0%
Trabalhadores transitados da CP para a EMEF	640	24	664	59,8%
Contratos Trabalho a Termo Certo	1		1	0,1%
	1.062	48	1.110	

Acentuou-se em 2012 a diminuição do efetivo continuando a ajustar-se à forte diminuição da carga de trabalho verificada. Saíram da Empresa 122 colaboradores, 84 dos quais por mútuo acordo e 1 trabalhador cedido da CP à EMEF. Acresce 1 colaborador em situação de suspensão de contrato de trabalho por impedimento prolongado (CGTP).

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

MOTIVO DAS SAÍDAS 2012

	Homens	Mulheres	TOTAL
Caducidade Cont.Ced.Temp.Ocas.		1	1
Caducidade CT a Termo	16		16
Denúncia-Cess.p/Iniciativ.Trab	15	1	16
Reforma por Invalidez (+2/3)	5		5
Revogação p/ Mútuo Acordo	80	4	84
Total	116	6	122

A idade média é de 45,7 anos e a antiguidade média de 22,5 anos, mantendo-se quer uma quer outra em valores muito idênticos a 2011.

IDADE MÉDIA

	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores admitidos diretamente para a EMEF	38,3	35,1	35,3
Colaboradores transitados da CP para a EMEF	55,1	52,5	52,6
Total	46,7	45,6	45,7

ANTIGUIDADE MÉDIA

	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores admitidos diretamente para a EMEF	9,8	9,4	9,8
Colaboradores transitados da CP para a EMEF	31,1	33,5	31,2
Total	22,6	21,4	22,5

Os níveis médios de habilitações são os seguintes:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Colaboradores admitidos diretamente para a EMEF	12,5%	19,3%	8,3%
Colaboradores transitados da CP para a EMEF	30,5%	26,6%	2,7%
Total	43,6%	45,4%	11,0%

NOVAS OPORTUNIDADES NA EMEF

Vertente escolar:

O ano de 2012 marcou o fim da vertente escolar do Projeto “Novas Oportunidades na EMEF”.

No total, 335 colaboradores terminaram com êxito o processo de RVCC, 173 dos quais obtiveram a equivalência ao 9º ano de escolaridade e os restantes 162 obtiveram a equivalência ao 12º ano de escolaridade.

Vertente profissional:

No ano de 2012 iniciou-se, também, a vertente profissional do mesmo Projeto com a abertura, numa primeira fase, de candidaturas para o processo de reconhecimento formal das competências técnicas e profissionais de Operadores de Máquinas Ferramentas. O CENFIM continua a ser o parceiro da EMEF neste projeto.

A validação de competências profissionais é efetuada em função do referencial de competências, associado à saída profissional a que o colaborador se candidata e inserida no Catálogo Nacional de Qualificações.

Dupla certificação:

Abre-se, assim, a possibilidade de muitos colaboradores concretizarem a dupla certificação, escolar e profissional.

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS:

A EMEF celebrou com o IEFP um Protocolo de colaboração no âmbito da Aprendizagem dual, para assegurar a componente de formação prática em contexto de trabalho, de um conjunto de formandos, nas saídas profissionais das seguintes áreas de educação e formação: contabilidade e fiscalidade, eletrónica e automação e metalurgia e metalomecânica.

Em 2012 a EMEF continuou a colaborar regularmente com entidades ligadas à Formação Profissional na concessão de estágios curriculares, em contexto de trabalho.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

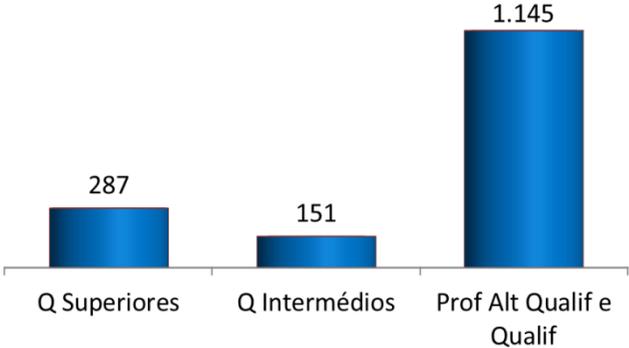
FORMAÇÃO

A EMEF manteve em 2012 a orientação para a formação interna, utilizando fundamentalmente os recursos internos.

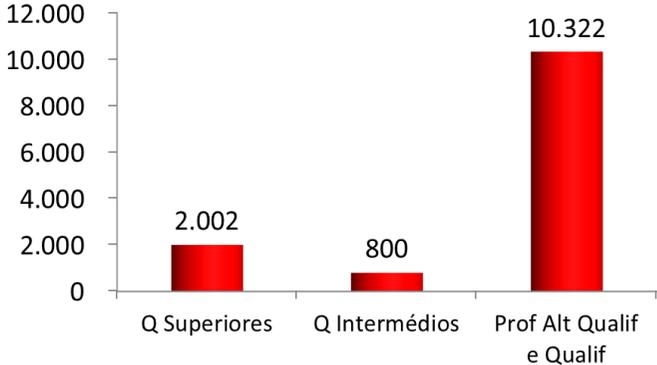
Continuou a limitar-se a aquisição de formação externa, contemplando-se, apenas, as ações necessárias à obtenção de certificação atribuível por entidade externa e a ações consideradas imprescindíveis ao cumprimento legal das atividades ou ao processo produtivo, para as quais a EMEF não dispunha de competências internas.

No total, realizaram-se 280 ações de formação ao longo do ano de 2012 com a participação de 1.583 formandos num total de 13.124 horas de formação.

Nº DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO

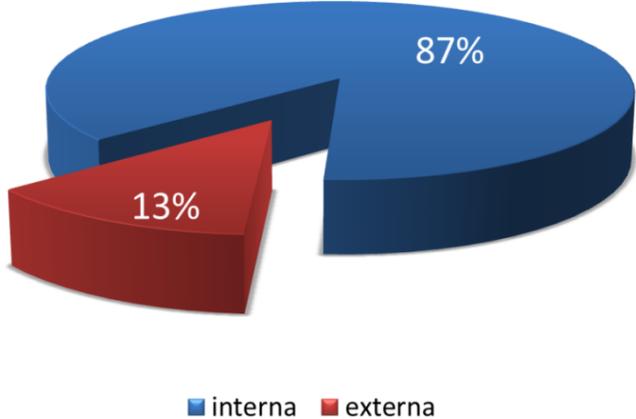


HORAS DE FORMAÇÃO POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO



A formação interna correspondeu a 87% do total da formação ministrada em 2012.

FORMAÇÃO INTERNA/EXTERNA



SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2012 foi efetuada pela APCER a auditoria de acompanhamento à certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos conforme a NP 4427:2004, que foi concluída com sucesso.

A certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos conforme a NP 4427:2004 foi concedida pela APCER em 2012 e é válida por três anos, sujeita a acompanhamentos anuais.

8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informação constante no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se globalmente acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

9. Código de Ética

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.



10. Sistema de Controlo

De acordo com a RCM n.º 49/2007, de 28 de março, o Conselho de Administração da EMEF decidiu reforçar, em meados de 2009, a função de auditoria interna, com o apoio um consultor externo, projeto que inclui formação em posto de trabalho. Desde então, procedeu-se ao levantamento e avaliação dos principais riscos da empresa, com base nos quais planeou e realizou vários trabalhos de auditoria, nomeadamente ao sistema de gestão dos resíduos industriais, ao sistema de custeio e aos processos de investimento. Elaborou ainda o plano de gestão dos riscos de corrupção, o levantamento do sistema de controlo interno da empresa e um projeto de revisão da delegação de competências. Desenvolveu também atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

11. Prevenção de Conflitos de Interesses

No estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos na citada RCM, mormente no seu ponto 22, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

GOVERNO DA SOCIEDADE

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

12. Divulgação de informação

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		x		
Identificação de comissões existentes na sociedade		x		
Identificar sistemas de controlo de riscos		x		
Remuneração dos órgãos sociais		x		
Regulamentos Internos e Externos		x		
Transacções fora das condições de mercado		x		
Transacções relevantes com entidades relacionadas		x		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		x		
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

Legenda: S – Sim; N – Não; N.A. – Não aplicável

B. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão

Foram monitorizados quatro indicadores globais que expressam, na sua maioria, bom desempenho face ao objetivo estabelecido.

Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	Real	Meta	Desvio
Viabilidade económica	Índice de cobertura dos Gastos Operacionais	Rendimentos antes de depr., gastos de financ. e impostos / Gastos antes de depr., gastos de financ. e impostos sem rescisões x 100 [%]	121%	105%	16%
Eficiência Produtiva	Produtividade do trabalho	Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 ³ €]	34	30	14%
Qualidade Produtiva	Índice de Fiabilidade (global) - Nº incidentes por milhão de quilómetros	Σ do nº de incidentes do material circulante por milhão de kms (x10 ⁶) / Σ do nº de Km percorridos [MKm]	5,6	5,9	-5%
Satisfação do Cliente	Índice de Indisponibilidade - Unidades de material circulante não disponíveis para Rotação	(Parque Operativo-Disponibilidade às 08:00h)/Parque Afeto x 100 [%]	4,4%	3,6%	21%

GOVERNO DA SOCIEDADE

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

2. Gestão do risco financeiro

A atividade financeira da empresa não oferece risco financeiro relevante. A escassez de meios líquidos tem sido colmatada com aportes da acionista e com recurso à utilização de linhas de crédito bancário negociadas em data anterior a 2011.

Daí que o risco financeiro radique apenas nas taxas de juro e, no eventual vencimento precipitado da dívida total por motivos alheios à empresa ou por incapacidade de renegociação dos prazos de amortização de contratos de mútuo e dos descobertos.

3. Prazo médio de pagamentos

Nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo despacho 9870/2009, discrimina-se a evolução do Prazo de médio de pagamentos a fornecedores, onde é patente uma acentuada melhoria deste indicador e o cumprimento do limite recomendado de 90 dias.

PMP	2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
PMP a Fornecedores (dias)	138	102	136	144	137	120	108	87

4. Divulgação de atrasos de pagamento

Dando cumprimento ao dever de divulgação sobre atrasos de pagamento, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, informa-se através do quadro seguinte a situação da empresa em 31/12/2012:

(euros)

PMP	Dias			
	90-120	120-240	240-360	> 360*
Conservação e reparação		223		
Empreitadas de obras públicas				44.925
Honorários				9.200
Outros bens e serviços	11.335	11.306		248.001
Outros trabalhos especializados		1.285		
Rendas e alugueres			15	4.707
Serviços de voz e dados fixos e móveis	9.492	8.773		

* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento pelos mais diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

5. Deveres especiais de informação

Os deveres especiais de informação, previstos no Despacho nº 14277/2008 de 14 de maio, a enviar à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, são cumpridos pela acionista universal CP – Comboios de Portugal, E.P.E., mediante informação que a EMEF lhe presta.

6. Recomendações da acionista

Não emergiram recomendações da acionista aquando da aprovação das contas de 2011, em Assembleia Geral de maio de 2012.

7. Remunerações

Aos trabalhadores foi aplicada a manutenção da redução remuneratória nos termos do preceituado no artº 20.º da Lei do OE 2012 e foi igualmente dado cabal cumprimento à suspensão do pagamento de

subsídios de férias e de Natal, conforme artigo 21º da mesma Lei.

8. Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

No ano de 2012, procedeu-se à consolidação da implementação da plataforma eletrónica de compras públicas ACINGOV como vetor principal da metodologia de compras da EMEF, para cumprimento das obrigações legais impostas pelo CCP;

Procedeu-se ao desenvolvimento da plataforma eletrónica em conjunto com o AcinGov no sentido de adequação à realidade do dia-a-dia da EMEF, designadamente no que respeita a:

- Criação de alertas mais eficazes referentes, por exemplo, aos valores atingidos em termos dos CPV/Fornecedor;
- Controlos estatísticos em geral através de mapas/relatórios adequados;

GOVERNO DA SOCIEDADE

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

GOVERNO DA SOCIEDADE

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Complementarmente foram desenvolvidas as seguintes ações internas:

- Disciplinar os órgãos produtivos, ajustando-as ao enquadramento e precisões do CCP;
- Desenvolvimento e articulação com a Direção de Engenharia sobre processos de aquisição na plataforma e fora dela, com a emissão de pareceres técnicos e atribuição de nomenclaturas e adequação do teor dos textos associados às mesmas por forma a adequar o processo de compra;
- Inserção e exclusão de nomenclaturas na Lista de Avaliação de Fornecedores;
- Identificação em SAP de todas as nomenclaturas sujeitas a avaliação de Fornecedores;
- Lançamento de concursos públicos internacionais para a celebração de Contratos, nomeadamente, de material de freio e rolamentos.
- Controlo e publicitação de todos os procedimentos no Portal BASE e no TED (Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia).

- Elaboração e concretização de todos os procedimentos, necessários à empresa, na plataforma eletrónica ACINGOV.

CONTABILIZAÇÃO DO NÚMERO DE PROCEDIMENTOS ADJUDICADOS MENSALMENTE ANO 2012



Foram adjudicados na plataforma eletrónica de compras públicas 4288 procedimentos no valor de 13.556.272 euros.

9. Endividamento

A EMEF deu cumprimento aos limites máximos de endividamento remunerado previstos no Despacho 155/2011 do Ministério da Economia e Finanças de 28 de abril, para 2012 (5%) tendo-se, ao invés, observado uma redução significativa face aos valores de 2011, como comprova o quadro seguinte:

ESTRUTURA DA DÍVIDA

(euros)	2012	2011	Δ €	Δ%
Empréstimos bancários	6.279.872	15.837.500	(9.557.628)	-60%
Empréstimos acionista	10.500.000	7.500.000	3.000.000	40%
Descobertos Bancários	8.341.349	7.885.948	455.402	6%
Total da Dívida	25.121.221	31.223.448	(6.102.227)	-20%

A evolução da taxa média anual de financiamento para o período compreendido entre 2008 e 2012 encontra-se expressa no quadro seguinte:

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

(euros)	2012	2011	2010	2009	2008
Dívida média anual	27.844.586	33.511.605	32.697.244	29.013.140	24.586.168
Juros e gastos similares suportados	1.884.694	1.542.969	926.167	990.866	1.283.365
Taxa média anual de financiamento	6,77%	4,60%	2,83%	3,42%	5,22%

10. Plano de Redução de Custos

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram-se a aplicar as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2011 (OE 2011), aplicáveis por força do OE 2012, salientando-se as seguintes:

1. No respeitante à aquisição de serviços,
 - a) Continuaram a ser cumpridas as instruções constantes do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio de 2010, que impõe a justificação económica e a ausência de soluções internas dos contratos de valor superior a 125.000 euros
 - b) Foi cumprida a norma prevista no artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE 2012), promovendo-se a redução dos valores dos contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2012 com objeto idêntico, sendo porém certo que, uma relevante parte das situações aplicáveis tinham já sido objeto do mencionado tratamento ao abrigo do art.º 22.º do OE 2011, motivo pelo

GOVERNO DA SOCIEDADE

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

GOVERNO DA SOCIEDADE

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

qual, em virtude do previsto no n.º 7, do art.º 26.º do OE 2012, nestas não se operou a mencionada redução.

- c) Deu-se ainda cumprimento ao previsto no art.º 127.º do CCP, na redação que lhe foi dada pelo art.º artigo 27º do OE 2012, publicitando os fundamentos das aquisições por ajuste direto, em especial sobre a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da EMEF. Ou seja, continuou-se a pugnar pela otimização da utilização de recursos internos de molde a contratar externamente apenas o imprescindível.
2. Como antes referido, aos trabalhadores foi aplicada a manutenção da redução remuneratória nos termos do preceituado no artº 20.º da Lei do OE 2012 e foi igualmente dado cabal cumprimento à suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, conforme artigo 21º da mesma Lei.
3. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.



11. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Designação	2010	2011	2012
Gastos com Pessoal (€)	40.054.538	35.790.551	26.864.219
Gastos com Órgãos Sociais (€)	254.197	181.791	134.894
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	6.660	31.005	34.219
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	11.276.607	9.342.732	6.714.915
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	328.590	1.032.200
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	26.742.896	22.336.725	18.230.784
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	60.583	1.855.542
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Rescisões/Indemnizações (€)	1.780.839	3.929.303	1.783.625
Nº Total RH (O.S.+Dirigentes+Efetivos)	1.489	1.236	1.112
Nº Órgãos Sociais (número)	3	3	2
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	273	220	199
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	1.213	1.013	911

12. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado

A EMEF procedeu à abertura de conta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP em outubro de 2011. Contudo, a mesma não tem sido movimentada dada a escassez de liquidez e a recorrência aos descobertos bancários.

Caso a empresa apresente excedentes de tesouraria, e face ao estipulado nos termos da lei, estes serão canalizados para o IGCP.

GOVERNO DA SOCIEDADE

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

III. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Perspetiva-se que a EMEF, com a redução de circulações ferroviárias e a redução de quilómetros a percorrer, exercerá no futuro a sua atividade em contexto de procura de prestação de serviços de manutenção e de reparação de material circulante ferroviário semelhante à verificada no ano de 2012, estimando-se que o seu volume de negócios se posicione entre os 50 e os 60 milhões de euros anuais. Para estes níveis de prestação de serviços há que continuar a ajustar os seus meios de produção.

As alterações estruturais para o transporte ferroviário de mercadorias previstas no Plano Estratégico para os Transportes não impactam positivamente na conjuntura produtiva da EMEF e a sua privatização poderá trazer implicações na manutenção e reparação do material circulante rebocado de mercadorias.

Não podendo a EMEF prever com razoável confiança o impacto das medidas previstas no seu volume de negócios, nos próximos exercícios, mais exigente será no redimensionamento dos seus meios produtivos.

Terminado o contrato de construção de vagões a empresa prevê que o volume de negócios resulte apenas da atividade de manutenção e de reparação.

Sendo muito aleatórias as encomendas para o fabrico de vagões, e sendo a sua gestão operacional realizada na ótica de projeto, justificando-se a sua produção apenas em caso de fabrico com resultado final esperado positivo, por não existir qualquer concatenação com o serviço público, nas contas previsionais de 2013 e seguintes este segmento não foi previsto.

Para que os níveis de desempenho global se mantenham em 2013 ao nível de 2012 ou ainda mais expressivos, conta-se prosseguir na reorganização oficial, anteriormente mencionada, e na redução de efetivo.

As encomendas realizadas nas áreas de reabilitação e recuperação de material circulante ferroviário têm acontecido, quer para o mercado interno, quer para o mercado externo. Têm um ciclo económico plurianual e, não são sistemáticas, mas pontuais. Nos próximos exercícios não foram previstas encomendas deste tipo, dado o contexto económico nacional e internacional.

IV. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não são conhecidos factos relevantes, após o termo do exercício que possam impactar nos resultados.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Presidente

Alfredo Vicente Pereira

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho de Administração propõe que os Resultados Líquidos do Exercício de 2012, no valor de 6.306.705,27€ (seis milhões, trezentos e seis mil, setecentos e cinco euros e vinte e sete cêntimos), sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Vogal

José Manuel Sancho Pontes Correia

RELATÓRIO
& CONTAS
2012

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & NOTAS



BALANÇO

Balança em 31 de dezembro de 2012

	Notas	2012	2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	9.737.929	10.938.694
Ativos intangíveis	7	12.228	20.620
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	430.696	270.699
Outros investimentos financeiros	43	18.000	0
Total ativo não corrente		10.198.853	11.230.013
Ativo corrente			
Inventários	10	21.687.347	26.271.451
Clientes	11	11.395.453	16.332.876
Adiantamentos a fornecedores	44	44.461	105.938
Estado e outros entes públicos	12	0	0
Outras contas a receber	13	4.950.856	7.770.613
Diferimentos	14	422.138	124.057
Caixa e depósitos bancários	4	25.050	99.475
Total ativo corrente		38.525.304	50.704.409
TOTAL DO ATIVO		48.724.158	61.934.422

	Notas	2012	2011
CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	15	8.100.000	8.100.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	10.316.222	7.661.205
Reservas legais	17	95.506	95.506
Outras reservas	18	617.458	617.458
Resultados transitados	19	(14.062.547)	(12.721.516)
Resultado líquido		6.306.705	(1.341.031)
Total do Capital Próprio		11.373.345	2.411.622
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	22	1.143.094	502.000
Financiamentos obtidos	23	5.213.675	6.281.560
Total do Passivo não corrente		6.356.768	6.783.559
Passivo Corrente			
Fornecedores	25	5.488.080	12.275.461
Adiantamentos de clientes	26	273.689	1.223.614
Estado e outros entes públicos	12	1.728.879	3.455.126
Acionistas/sócios	41	10.500.000	7.500.000
Financiamentos obtidos	23	9.407.546	17.441.888
Outras contas a pagar	24	2.646.283	5.776.877
Diferimentos	14	949.568	5.066.274
Total do Passivo corrente		30.994.044	52.739.240
Total do Passivo		37.350.813	59.522.800
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		48.724.158	61.934.422

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Diretora Financeira

Dr^a Cristina Maria Alves Ribeiro

Técnico Oficial de Contas

Dr^a Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal

Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2012

	Notas	2012	2011
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	27	63.267.091	76.038.514
Subsídios à exploração	28	60.179	103.344
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	430.696	237.343
Variação nos inventários de produção	30	(1.713.378)	(815.799)
Trabalhos para a própria entidade	31	2.643	23.039
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(15.630.558)	(28.323.287)
Fornecimento e serviços externos	33	(9.539.694)	(11.217.336)
Gastos com o pessoal	36	(26.864.219)	(35.790.551)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(291.185)	(50.505)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(210.274)	(53.077)
Provisões (aumentos/reduções)	22	(641.094)	622.612
Outros rendimentos e ganhos	34	1.989.199	2.516.112
Outros gastos e perdas	35	(1.141.870)	(1.371.651)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.717.536	1.918.756
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	(1.480.444)	(1.674.464)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.237.092	244.293
Juros e gastos similares suportados	38	(1.884.694)	(1.542.969)
Resultado antes de imposto		6.352.397	(1.298.677)
Imposto sobre o rendimento do período	42	(45.692)	(42.355)
Resultado líquido do período		6.306.705	(1.341.031)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Diretora Financeira

Dr^a Cristina Maria Alves Ribeiro

Técnico Oficial de Contas

Dr^a Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal

Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia

MAPA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2012

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe.											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio				Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	8.100.000		7.661.205			95.506	617.458	(12.721.516)						(1.341.031)	2.411.622		2.411.622
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																		
Primeira adoção do referencial contábilístico																		
Alterações de políticas contábilísticas																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	21																	
Ajustamentos por impostos diferidos																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2.4								(1.341.031)						1.341.031			
Total das alterações no período	2	-	-	-	-	-	-	-	(1.341.031)	-	-	-	-	1.341.031	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3													6.306.705	6.306.705			6.306.705
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(1.341.031)					7.647.737	6.306.705			6.306.705
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO																		
Realizações de capital																		
Realizações de prêmios de emissão																		
Distribuições																		
Entradas para cobertura de perdas																		
Outras operações	16			2.655.017												2.655.017		2.655.017
Total das operações com detentores de capital no período	5	-	-	2.655.017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.655.017	-	-	2.655.017
Posição no final do período 2012	6=1+2+3+5	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(14.062.547)	-	-	-	-	6.306.705	11.373.345	-	-	11.373.345

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe.											Total	Interesse minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio				Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	8.100.000		7.107.505			95.506	617.458	(9.282.388)	8.747			(3.439.128)	3.207.701		3.207.701
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção do referencial contábilístico																
Alterações de políticas contábilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	21															
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2.4								(3.439.128)	(8.747)			3.439.128			
Total das alterações no período	2	-	-	-	-	-	-	-	(3.439.128)	(8.747)	-	-	3.439.128	(8.747)	-	(8.747)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(1.341.031)	(1.341.031)		(1.341.031)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prêmios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	16			553.700											553.700	553.700
Total das operações com detentores de capital no período	5	-	-	553.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	553.700	-	553.700
Posição no final do período 2011	6=1+2+3+5	8.100.000	-	7.661.205	-	-	95.506	617.458	(12.721.516)	-	-	-	(1.341.031)	2.411.622	-	2.411.622

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31-12-2012	31-12-2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	75.267.312	95.164.697
Pagamentos a fornecedores	(35.649.054)	(37.945.588)
Pagamentos ao pessoal	(23.266.706)	(38.406.130)
Caixa gerada pelas operações	16.351.552	18.812.979
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	(10.806.718)	(11.757.370)
	(10.806.718)	(11.757.370)
Fluxos das atividades operacionais [1]	5.544.834	7.055.609
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Investimentos Financeiros	251.805	94.124
Juros e rendimentos similares	-	3
Dividendos	251.805	94.127
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(524.551)	(1.256.316)
Investimentos financeiros	(18.000)	
Outros ativos	(542.551)	(1.256.316)
Fluxos das atividades de investimento [2]	(290.746)	(1.162.189)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	12.923.054	8.898.326
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	155.017	553.700
	13.078.071	9.452.026
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(16.525.280)	(14.231.641)
Juros e gastos similares	(1.876.525)	(1.108.817)
Outras operações de financiamento	(18.401.805)	(15.340.459)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(5.323.734)	(5.888.433)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(69.646)	4.987
Efeitos das diferenças de câmbio	(4.780)	1.303
Caixa e seus equivalentes no início do período	99.475	93.185
Caixa e seus equivalentes no fim do período	25.050	99.475

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO

1. Identificação da entidade

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de Janeiro de 1993.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. Possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em dezembro de 2012 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF Internacional S.A, na qual detém 95% do seu capital social. Foi efetuado o registo da dissolução e nomeação de liquidatários em 09 de agosto de 2012.

Esta sociedade tinha por objeto social o fabrico, reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, navios e autocarros, engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte, estudo, manutenção e construção de instalações industriais e infraestruturas ferroviárias, gestão industrial e atividades acessórias, desenvolvidas em Portugal ou no estrangeiro;

- b) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com a expressão dos respetivos montantes em Euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2011.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de julho.

2.2. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devam ser transmitidas aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras

fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos. Inclui ainda custos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Ativos intangíveis

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Ativos intangíveis com vida útil finita

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos programas de computador são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 8

c) Locações

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se a locadora transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo;
- Locação operacional, nas situações em que tal não se verifique.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

d) Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a EMEF exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a EMEF assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais, até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto, ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária ou associada igualar ou exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que é usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controle sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;

- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controle conjunto se iniciou, até à data em que este cesse, são entidades em que a Empresa tem controle conjunto definido por acordo contratual.

O montante registado em 2012 corresponde ao resultado proporcional à participação que a EMEF detém no ACE (51%).

e) Inventários

Os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

A empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os

inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

É considerado como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produto acabado

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

f) Contas a receber

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

g) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

h) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira, foram as seguintes:

Moeda	Taxa de câmbio	
	2012	2011
Dólar / US - USD	1,3114	1,2939
Libra esterlina - GBP	0,8113	0,8353

i) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período, em que ocorrem não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- Provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado;
- As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

Provisões para processos judiciais em curso

A EMEF regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe probabilidade de que venham a ocorrer exfluxos económicos da empresa. O montante corresponde ao valor presente, estimado das responsabilidades.

k) Ativos e passivos contingentes

A EMEF não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros seja exigido para um item

previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a EMEF divulga o respetivo passivo contingente.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou

passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados.

m) Reconhecimento do Rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Contratos de construção

No reconhecimento e mensuração do rédito associado ao fabrico de vagões em curso, a empresa tem em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção.

Quando o desfecho de um contrato de construção for fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção são reconhecidos como rédito e gastos, respetivamente, com referência à fase de acabamento da atividade do contrato à data do balanço. Pelo método da percentagem de acabamento, o rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado. Qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre os réditos totais do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido

até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis, sendo os custos do contrato reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos. Se o desfecho do contrato não puder ser fiavelmente estimado, nenhum lucro é reconhecido. Qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre o rédito total do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

No apuramento da fase de acabamento de um contrato, a empresa usa o método que mesure com fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, os métodos podem incluir: (a) a proporção em que os custos do contrato incorridos no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato; (b) levantamentos do trabalho executado; e (c) conclusão de uma proporção física do trabalho contratado.

Para a determinação da percentagem de acabamento, considerou-se como unidade de medida o vagão, i.e., o fabrico completo de vagão.

No caso de um contrato de preço fixado, o desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato possam ser comparados com estimativas anteriores.

No caso de um contrato de “cost plus”, o desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente mensurado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade; e
- Os custos do contrato atribuíveis ao contrato, quer sejam ou não reembolsáveis, possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados.

Prestação de serviços

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os custos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, foi adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação era

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Para as situações em que as condições para consideração do desfecho da transação como fiavelmente estimado não eram cumulativamente satisfeitas, a Empresa procedeu ao reconhecimento do gasto incorrido, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que os custos incorridos fossem recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

o) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas

quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para

operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;

- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

p) Impostos sobre o rendimento do período

A EMEF encontra-se inserida no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

O imposto sobre o rendimento registado em resultados, inclui apenas o efeito dos impostos correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais daquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

q) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 48.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 20 de fevereiro de 2013, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

r) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A Entidade também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem a realização de estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma

adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pela EMEF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimento do crédito

No reconhecimento do crédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação como fiavelmente estimado, o que lhe permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação como fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, a Empresa afere em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem a probabilidade dos custos incorridos

venham a ser recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Relativamente ao exercício de 2012, e às situações em que o desfecho de transação não se encontrava fiavelmente estimado, a EMEF considerou não existirem indicadores que evidenciassem a recuperação dos custos incorridos.

Perdas por imparidade - inventários

A empresa na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplica diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários.

Tais pressupostos/critérios assumidos encontram-se apresentados na nota 10.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Não são calculados ativos por impostos diferidos por não se perspetivar a sua recuperabilidade.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração situações que coloquem em causa a continuidade da empresa. De igual modo o órgão de gestão não recebeu até esta data qualquer orientação do Acionista que ponha em causa a continuidade das operações no futuro previsível. Sublinha-se ainda a importância da EMEF como entidade única capaz de prestar os serviços de manutenção e reparação do

material circulante ferroviário e, deste modo de suportar a operação de transporte ferroviário nacional de manifesto interesse público.

É de salientar que as operações estão asseguradas por via da manutenção das linhas de crédito existentes e pela continuidade do apoio financeiro do acionista.

Deste modo, o Conselho de Administração, considerando os fatores acima descritos, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3 – Principais Estimativas e Julgamentos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2012, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-12-2012	31-12-2011
Caixa		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul	500	500
Parq. Ofici. Sul - Lisboa		300
	2.000	2.300
Depósitos à Ordem		
Banco Espírito Santo	12.726	88.214
BCP - Parq. Ofici. Sul	492	1.134
BCP - Parq. Ofici. Entroncamento	786	716
BCP - Manut. Figueira da Foz		1.023
BCP - Parq. Ofici. Norte	803	15
BCP - Serviços Centrais	455	732
Caixa Geral de Depósitos	7.107	5.338
Crédito Agrícola	580	3
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida P	102	
	23.050	97.175
Caixa e seus equivalentes	25.050	99.475

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas

Durante o exercício de 2012, a EMEF não efetuou a reexpressão retrospectiva de qualquer valor nas demonstrações financeiras.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.084.017	6.162.260
Equipamento básico	15.068.739	15.053.508
Equipamento de transporte	1.719.611	1.767.354
Equipamento administrativo	2.642.870	3.496.304
Outros ativos fixos tangíveis	3.334.438	3.534.537
	30.442.205	31.606.493
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	1.472.052	1.656.039
Anulações do Período	(1.484.445)	(785.229)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	20.747.635	19.876.825
	20.735.241	20.747.635
Investimentos em Curso		
Ativo Fixo Tangível em Curso	30.966	36.136
Adiantamento por Conta Ativo Fixo Tangível	-	43.700
	30.966	79.836
Valor líquido contabilístico	9.737.929	10.938.694

Na continuidade das restrições orçamentais com investimentos, no ano 2012, destaca-se somente a conclusão do pórtico de carga para ensaio de Bogies no valor de 275.404 euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2012, são analisados como segue:

A CP é fiadora junto dos bancos BPI e BES assegurando o pagamento integral e pontual do empréstimo no montante de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Do referido empréstimo está em dívida à data de 31 de dezembro de 2012 o montante de 5.687.500 euros.

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	1.592.530								1.592.530
Edifícios e outras construções	6.162.260					(78.243)			6.084.017
Equipamento básico	15.053.508	251		(25)		(268.212)	283.217		15.068.739
Equipamento de transporte	1.767.354			(14.495)		(33.248)			1.719.611
Equipamento administrativo	3.496.304	46.868		(1.108)		(899.194)			2.642.870
Outros ativos fixos tangíveis	3.534.537	4.996	-	(203)	-	(204.892)	-	-	3.334.438
Investimentos em Curso - Ativo Fixo em curso	36.136	278.047					(283.217)		30.966
Adiantamentos por conta de investimentos	43.700							(43.700)	-
	31.686.329	330.162		(15.831)		(1.483.789)		(43.700)	30.473.171
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	2.027.438	326.329				(63.068)			2.290.699
Equipamento básico	10.649.043	896.391		(25)		(268.212)			11.277.197
Equipamento de transporte	1.624.071	58.325		(14.495)		(33.248)			1.634.653
Equipamento administrativo	3.132.335	85.140		(1.108)		(899.194)			2.317.174
Outros ativos fixos tangíveis	3.314.748	105.866	-	(203)	-	(204.892)	-	-	3.215.519
	20.747.635	1.472.052		(15.831)		(1.468.614)			20.735.241
Total	10.938.694								9.737.929

7. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Programas de Computador	1.166.060	1.314.622
	1.166.060	1.314.622
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	8.392	18.425
Reversões do Período	(148.562)	
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.294.002	1.275.577
	1.153.832	1.294.002
Valor líquido contabilístico	12.228	20.620

As reversões de amortizações que ocorreram neste exercício, estão diretamente relacionadas com o abate de software obsoleto, adquirido há vários anos e sem qualquer possibilidade de voltar a ser utilizado, ou por ter sido descontinuada a sua atualização ou por ter sido substituído por novas soluções.

Relativamente às amortizações do exercício, tiveram um decréscimo face ao ano transato, uma vez que não foram efetuadas novas aquisições, e vários bens constantes do ativo intangível terminaram a sua vida útil no ano de 2011.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:									
Programas de Computador	1.314.622					(148.562)			1.166.060
	1.314.622	-	-	-	-	(148.562)	-	-	1.166.060
Depreciação acumulada e imparidade									
Programas de Computador	1.294.002	8.392				(148.562)			1.153.832
	1.294.002	8.392	-	-	-	(148.562)	-	-	1.153.832
Total	20.620								12.228

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Emef Internacional SA	2.287		2.287	-		-
Emef/Siemens ACE	428.410		428.410	270.699		270.699
	430.696	-	430.696	270.699	-	270.699

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
Valor bruto						
Emef Internacional SA	-			2.287		2.287
Emef/Siemens ACE	270.699			428.410	(270.699)	428.410
	270.699	-	-	430.696	(270.699)	430.696

A EMEF Internacional, foi constituída como sociedade comercial anónima a 14 de Julho de 2010 com capital social de 50.000 euros. A EMEF detém uma participação social de 95% nesta sociedade, que correspondem a nove mil e quinhentas ações nominativas no valor de 5 euros cada. Aquando da sua constituição, a participação da EMEF ascendeu ao montante total de 47.500 euros. Os restantes 5% do

capital social são detidos pela CP – Comboios de Portugal, EPE.

Na assembleia geral realizada em 11 de junho de 2012, os acionistas da EMEF Internacional decidiram proceder à liquidação da sociedade. A decisão foi baseada no facto de a sociedade não ter missão específica a desempenhar. Com efeito, o objetivo da criação da sociedade era a implementação de uma fábrica para fabrico de vagões destinados ao comércio externo e não se concretizou por razões várias, nomeadamente a ausência de encomendas. A liquidação da sociedade não afeta as relações comerciais entretanto estabelecidas, uma vez que a EMEF, SA assegurará a sua continuidade.

Da participação financeira na EMEF Internacional, a EMEF registou no fim do ano nas suas contas um resultado positivo de 2.287 euros.

O agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, tem a participação de 51% da EMEF,SA e a participação de 49% da SIEMENS. No exercício de 2012 o ACE obteve o resultado líquido de 840.019 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência

patrimonial o montante de 428.410 euros referente à sua participação.

A informação financeira referente às empresas associadas apresenta-se como se segue:

	% de Participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Valor bruto						
Emef Internacional Sa	95	31.12.2012	16.194	18.000	(1.806)	2.407
Emef/Siemens Ace	51	31.12.2012	8.429.817	7.589.798	840.019	840.019

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2012		31-12-2011			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944	31.944	31.944	31.944		
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500	2.500	2.500	2.500		
	34.444	34.444	-	34.444	34.444	-

O movimento das participações financeiras é o seguinte:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Justo Valor	Outras alterações	Saldo Final
Valor bruto						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
	34.444	-	-	-	-	34.444
Imparidade						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
	34.444	-	-	-	-	34.444

Não se registaram diferenças, quer em termos de valor bruto quer em termos de imparidade, no ano de 2012 comparativamente com o ano anterior.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28.093.343	29.816.058
Produtos acabados e intermédios	1.404.031	1.335.403
Produtos e trabalhos em curso	-	1.786.453
Reclassificação e regularização de inventários	563.179	703.829
Adiantamentos por conta de compras	-	711.728
	30.060.552	34.353.471
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	291.185	50.505
Imparidades de períodos anteriores	8.082.020	8.031.515
	8.373.205	8.082.020
Valor líquido contabilístico	21.687.347	26.271.451

Com a conclusão do fabrico de todos os vagões ao abrigo dos dois contratos celebrados com a CP Carga (100 vagões plataforma de 45 pés de 2 eixos e 300 vagões plataforma de 60 pés de 2 bogies) a rubrica de produtos e trabalhos em curso foi saldada. Da mesma forma, foram regularizados todos os adiantamentos por

conta de compras, e que tinham por objetivo o fornecimento de materiais para o fabrico dos referidos vagões, o que justifica em parte, o facto de a rubrica estar saldada à data de 31 de dezembro de 2012.

Quanto à rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um decréscimo face ao ano anterior, uma vez que a aquisição de materiais não acompanhou na mesma proporção o montante dos materiais consumidos.

Durante o ano de 2012, a EMEF procedeu ao abate de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação em nenhuma oficina. Os motivos podem prender-se pela desativação da série de material, pela substituição por outros equipamentos, ou por degradação técnica dos materiais (não conformidade para utilização). Estes abates resultaram na reclassificação de inventários no montante de 562.122 euros.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversão	Saldo Final
Imparidades de inventários				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(7.562.708)	(912.298)	538.538	(7.936.468)
Produtos acabados e intermédios	(519.312)	(14.490)	97.064	(436.737)
	(8.082.020)	(926.788)	635.602	(8.373.205)

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, cifraram-se no ano 2012 em 912.299 euros, e as relativas aos produtos acabados e intermédios ascenderam a 14.489 euros. Para o cálculo das mesmas, foram utilizados os seguintes critérios:

- Material Motor e Automotor que consta do Programa de Abates e Locomotivas Elétricas 2500/2550 abatidas – Imparidade de 100%;
- Material afeto às Automotoras UTD 600 e às Locomotivas Diesel MLW 1550 que foram desativadas - Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de stock é Obsoleto – Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de stock é Mono EMEF e Mono CP, sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, e com algum consumo – Imparidade de 50%;
- Materiais sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, há 4 anos – Imparidade de 60% e há 3 anos – Imparidade de 50%, afetos a Vagões, Carruagens, materiais genéricos de aplicação em diversas séries e equipamentos;

- Materiais cuja classificação da Série de Material/equipamentos pertence a Carruagens – Imparidade de 10%.

Quanto às reversões por imparidade de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, ascenderam a 538.538 euros, e as relativas a produtos acabados e intermédios ascenderam a 97.064 euros. Na sua maioria, devem-se a abates de inventários ocorridos no ano 2012 classificados como obsoletos e que já tinham sido objeto de registo de perdas por imparidade em anos anteriores.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

11. Clientes

A rubrica de clientes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Clientes c/c		
Gerais	4.769.918	9.298.028
Empresa-mãe	5.771.957	6.673.702
Empreendimentos conjuntos	328.697	321.243
Clientes Cobrança duvidosa	948.223	252.970
	11.818.794	16.545.943
Imparidades acumuladas		
Perdas por imparidade no período	210.274	53.077
Perdas por imparidade de períodos anteriores	213.067	159.990
	423.341	213.067
Total	11.395.453	16.332.876

As variações mais significativas ocorreram em clientes gerais e empresa-mãe.

A rubrica clientes gerais apresenta uma diminuição de 4.528.111 euros, justificada essencialmente pela variação dos saldos das entidades CP-Carga, Prometro e Museu Ferroviário Armando Ginestal Machado que em conjunto totalizam 3.975.791 euros e pela anulação de 50% da dívida da Fergráfica (552.000 euros) em conformidade com o acordo de revogação

do contrato de arrendamento EMEF nº 77/2009 assinado em Dezembro de 2012.

No que respeita ao cliente CP Carga a variação negativa ascende a 1.817.526 euros sendo justificada pelos seguintes motivos:

- Términus do contrato nº 5500002803, relativo ao fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés.
- Regularizações constantes nos adicionais de fecho de contas referentes aos contratos nºs 5500002803, antes referenciado, e 5500002808, fabrico de 100 vagões plataforma de 45 pés, resultantes da revisão de preços contratualmente prevista.

No que concerne ao cliente Prometro, a redução do saldo no valor de 1.377.897 euros é justificada pela regularização dos pagamentos em atraso após a assinatura do aditamento ao contrato, em janeiro de 2012, que veio clarificar os pontos de divergência entre as partes e definir um plano de pagamentos para os valores que se encontravam vencidos.

O pagamento efetuado pela Fundação do Museu Ferroviário Armando Ginestal Machado referente à recuperação e restauro dos veículos afetos ao comboio

presidencial motivou uma redução do saldo deste cliente no valor de 780.368 euros.

Pese embora o decréscimo antes referenciado, o cliente CP Carga continua a representar o valor mais significativo da rubrica clientes gerais com o valor de 1.825.005 euros seguido do cliente Prometro com 1.334.590 euros.

Relativamente à rubrica clientes empresa mãe verificou-se uma redução de 901.745 euros justificada essencialmente por um menor volume de faturação no último mês de 2012 comparativamente ao mês homólogo de 2011.

O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no ano 2012:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Cientes c/c				
Gerais	213.067	212.331	2.057	423.341
Total	213.067	212.331	2.057	423.341

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes registou um aumento líquido no valor de 210.274 euros.

O Metro da Área Metropolitana do Porto SA foi o grande responsável pelas imparidades registadas (75%), seguindo-se a O2 Tratamento e Limpezas Ambientais SA com 11% e a Mota Engil com 4%. Estas três entidades em conjunto representam 90% do total das perdas por imparidade do período.

As reversões foram motivadas pela regularização do pagamento de um documento de 2002 do cliente Transdev (438 euros) e outro de 2011 do cliente O M S - Serviços de Programação Lda. (1.618 euros).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

Descrição	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
2012						
Clientes c/c						
Gerais	(1.052)	352.029	1.841.624	1.658.943	918.374	4.769.918
Empresa-mãe	5.040.681	680.744	2.375	2.125	46.031	5.771.957
Empreendimentos conjuntos	327.531	1.165	-	-	-	328.697
Clientes cobrança duvidosa	-	-	-	674.919	273.305	948.223
Ajustamentos						
Gerais				(171.115)	(252.227)	(423.341)
Total	5.367.160	1.033.938	1.843.999	2.164.872	985.483	11.395.453
2011						
Clientes c/c						
Gerais	6.853.191	745.187	87.910	678.331	933.409	9.298.028
Empresa-mãe	5.665.705	877.624	63.664	55.995	10.714	6.673.702
Empreendimentos conjuntos	311.918	9.325	-	-	-	321.243
Clientes cobrança duvidosa	13.072	-	-	17.214	222.684	252.970
Ajustamentos						
Gerais				(3.950)	(209.117)	(213.067)
Total	12.843.885	1.632.136	151.574	747.590	957.691	16.332.876

Foram constituídos ajustamentos somente para a rubrica clientes gerais e consideraram-se montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

Nos ajustamentos relativos aos saldos de clientes em mora foi considerado o critério fiscal pelo que os saldos de clientes com antiguidade inferior a 180 dias não sofreram qualquer ajustamento.

O valor negativo não vencido constante na rubrica clientes gerais justifica-se pelas regularizações efetuadas na sequência da assinatura dos adicionais de fecho de contas dos contratos números 5500002808 (Fabrico de 100 vagões plataforma de 45 pés) e 5500002803 (Fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés). Os referidos adicionais pressupunham a emissão por parte da EMEF de documentos de débito e crédito ao cliente CP Carga, sendo o valor creditado largamente superior ao débito efetuado. A este fato acresce ainda a regularização da anulação de 50% da dívida do cliente Fergráfica (552.000 euros) em conformidade com o acordo de revogação do contrato de arrendamento EMEF nº 77/2009 assinado em Dezembro de 2012. O efeito conjugado das duas situações resulta no valor negativo apresentado no quadro acima.

Ainda relativamente à rubrica clientes gerais o aumento dos valores em mora nos períodos compreendidos entre os 90 e os 180 e os 180 e os 360 dias, tem a ver com duas faturas emitidas para o cliente CP Carga no valor de 1.660.500 euros cada que estavam por pagar aguardando as regularizações a crédito referidas no ponto anterior e resultantes de atualizações de preço a favor do cliente pelo motivo do efeito conjugado dos

índices contratualmente estabelecido para efeitos de atualização terem resultado numa variação negativa.

Relativamente à rubrica clientes empresa mãe verifica-se, em geral, uma diminuição dos valores vencidos em cada período com exceção dos valores em mora com antiguidade superior a 360 dias que teve um ligeiro aumento fruto de situações de divergência em que não houve, até ao momento, acordo das partes.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	38.272	34.912
Retenções de imposto sobre o rendimento	191.515	225.414
IVA a pagar	1.003.745	2.594.544
IVA a recuperar		(3.475)
Contribuições para a Segurança Social	495.346	603.731
	1.728.879	3.455.126

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

ATIVO

A EMEF está inserida no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que é a empresa-mãe que procede à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC). Mas uma vez que o grupo apresenta prejuízos consecutivos e, não é possível efetuar a dedução à coleta destes prejuízos, a CP EPE optou por requerer o pedido de reembolso. No âmbito desse pedido foi concluída a inspeção às contas da EMEF do ano 2011, durante o exercício de 2012.

Os montantes referentes ao PEC só são relevados nas contas das empresas filhas quando o mesmo for considerado gasto, isto é, quando for recusado o reembolso por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

PASSIVO

Do cômputo geral do ano 2012 face ao ano anterior, verifica-se um decréscimo acentuado na ordem dos 50%. Todas as rubricas apresentadas tiveram uma diminuição comparativamente com o ano 2011, com exceção da rubrica de Imposto sobre o rendimento,

que teve um aumento de 9,6%. É de referir que embora tenha havido um aumento aparente face ao ano anterior, não é real, pois em 2011 foi feita uma estimativa da tributação autónoma a pagar por defeito, e que foi retificada já no decorrer do exercício de 2012.

Relativamente às rubricas que diminuíram, há que salientar a diminuição do imposto sobre o valor acrescentado, na ordem dos 61%. Esta variação negativa está diretamente relacionada quer com a emissão das notas de crédito para a CP Carga referentes à revisão de preços dos contratos de fabrico de vagões, conforme já explicado na nota 12 (a EMEF registou em IVA a favor da empresa o montante de 655.491 euros no mês de dezembro), quer com a diminuição do volume de faturação nos dois últimos meses do ano face ao exercício de 2011.

Também as rubricas referentes às Contribuições para a Segurança Social e Retenção de Impostos sobre os Rendimentos sofreram uma diminuição face ao anterior, na ordem dos 18% e 15%, respetivamente, devido à redução do efetivo e dos Gastos com Pessoal.

13. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Pessoal	40.582	59.605
Acréscimos de rendimentos	883.325	582.223
Devedores diversos	3.853.076	3.775.186
Reembolso de despesas	173.873	3.353.599
	4.950.856	7.770.613
Valor líquido contabilístico	4.950.856	7.770.613

OUTROS DEVEDORES – PESSOAL

A variação negativa nesta rubrica de cerca de 32% face ao exercício de 2011, resulta basicamente da diminuição dos adiantamentos ao pessoal por doença.

ACRÉSCIMO DE RENDIMENTOS

O acréscimo no montante de 301.101 euros, que representa 52% de variação ocorrido nesta rubrica resulta essencialmente do aumento do rédito contabilizado face ao ano anterior.

DEVEDORES DIVERSOS

Esta rubrica apesar de não ter sofrido variação relevante face ao ano anterior tem um valor elevado, que resulta basicamente de duas situações:

- Dívida do Metropolitano de Lisboa (ML) à EMEF no montante de 2.250.000 euros, conforme protocolo celebrado entre as duas entidades em 14 de maio de 2009, na sequência da construção da estação intermodal da Reboleira.
- No espaço onde foi instalado o estaleiro onde decorreram as obras de construção (que a esta data estão suspensas) existiam dois edifícios propriedade da EMEF, que teriam de ser demolidos. Perante essa necessidade, foi acordado entre o ML e a EMEF celebrarem o referido protocolo, no qual o ML se obrigava a

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

construir um edifício que ficará propriedade da EMEF, assumindo o ML todos os custos até ao montante de 2.250.000 euros. Estava estimada a data da conclusão da obra para 30 de maio de 2012, contudo, dada a conjuntura económica o mesmo não veio a acontecer, e por ordem governamental as obras pararam, conforme já referido anteriormente.

O acordo regrava também a data de início da construção da nova edificação para um prazo máximo de 6 meses após a conclusão da construção da Estação, e teria o seu término no prazo máximo de 2 anos após o termo da cedência, ou seja, até 30 de maio de 2014.

- Pagamento indevido ao BCP Factoring derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. No exercício de 2012 foi provisionado metade do valor em causa, conforme nota 22 deste anexo.

REEMBOLSOS DE DESPESAS

A variação mais significativa entre os anos de 2011 e de 2012 apresenta-se na rubrica relativa ao reembolso de despesas com uma variação negativa de 95%. Este decréscimo face ao ano anterior, ficou a dever-se essencialmente ao montante relativo aos proporcionais das indemnizações pagas a trabalhadores que rescindiram os seus contratos de trabalho por mútuo acordo.

Pelo facto desses trabalhadores serem oriundos da empresa mãe, a EMEF tem vindo a ser ressarcida na parte proporcional referente ao tempo de permanência de cada trabalhador na CP, EPE. No final do ano de 2011 o montante em dívida à EMEF ascendia a 2.470.143 euros. Essa situação foi regularizada já no decorrer do exercício de 2012. Relativamente ao ano em análise, todos os montantes que eram relativos a proporcionais de contratos de rescisão celebrados em 2012 foram ressarcidos pelo acionista até ao fim do exercício, com exceção dos proporcionais referentes às saídas de trabalhadores ocorridas no mês de dezembro, que totalizam o montante de 77.555 euros.

14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	336.090	48.148
Diversos	86.048	75.908
	422.138	124.057
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Fact.p/Conta-Trab.a Real.	948.862	4.201.462
Outros Rec.c/rend.Dif	707	864.812
	949.568	5.066.274

GASTOS A RECONHECER – SEGUROS

A variação face ao ano anterior é justificada apenas pela contabilização de recibos datados de 2012, mas cujo período de seguro é apenas do ano seguinte. Estas situações aumentaram substancialmente face ao ano transato.

FATURAÇÃO POR CONTA DE TRABALHOS A REALIZAR

Os rendimentos a reconhecer, no que respeita à rubrica de faturação por conta de trabalhos a realizar, englobam os movimentos referentes a faturas parciais emitidas para clientes de acordo com as condições contratualmente estabelecidas e as correspondentes deduções relativas ao rédito considerado para as obras em curso no final do ano.

A redução do valor no final de 2012 quando comparado com o mesmo período de 2011 justifica-se pela conclusão no ano 2012 da grande maioria dos trabalhos/contratos que se encontravam em curso no final de 2011, com destaque para a conclusão dos últimos 40 vagões do contrato de fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés, que, por si só, justificam um decréscimo de 1.827.400 euros.

No final de 2012 são de destacar, pelos montantes envolvidos, as faturas parciais já emitidas relativas aos seguintes trabalhos:

- Faturação parcial de 60% das intervenções em rodados e bogies do CPA 4008;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

Relatório & Contas 2012, EMEF, S.A.

- Faturação parcial de 60% da intervenção tipo RAC de três veículos da frota Eurotram;
- Remanescente da faturação parcial de 30% por conta dos trabalhos a realizar no âmbito do contrato de fornecimento e montagem de novas caixas de transmissão do rodado nas automotoras da série UDD 0450 (9 UDD);
- Faturação parcial de 60% do R2 da UDD 0453.

552.000 euros, e o remanescente da conta, no montante de 312.800 euros foi reconhecido imediatamente em rendimentos do ano, ao invés do que tinha vindo a ser feito até aqui - o reconhecimento do rendimento numa base linear.

OUTROS RECEBIMENTOS COM RENDIMENTOS DIFERIDOS

A diminuição que ocorreu nesta rubrica face ao ano transato, resulta basicamente da revogação do contrato de arrendamento da EMEF nº 77/2009 celebrado entre a EMEF e a Fergráfica – Artes Gráficas, SA. O contrato celebrado inicialmente teria a duração de 15 anos. Contudo, e uma vez que a Fergráfica – Artes Gráficas, SA se encontra em liquidação, foi decidido pelas partes cessar o contrato inicial e acordar os valores pendentes de regularização. Do valor pendente nesta rubrica à data de 31 de dezembro de 2011, foi acordado a EMEF suportar 50% do valor total suportado com as obras de readaptação das instalações, ou seja o montante de

15. Capital realizado

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2012 sendo totalmente detido pela CP, EPE.

16. Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros. Deste montante, 155.017 euros foram recebidos no exercício de 2012 e dizem respeito à terceira tranche do contrato de Prestações Acessórias de Capital celebrado em 14/5/2010 no montante de 892.000 euros, para aquisição do torno de fosso instalado nas oficinas de Campolide. No exercício em análise, foi também efetuada a conversão do empréstimo de 2.500.000 euros em prestações acessórias de capital de modo a efetuar-se a recomposição dos capitais próprios da

EMEF e desta forma dar-se cumprimento ao disposto no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

17. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EMEF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, a EMEF não efetuou reforços ao montante da reserva, em virtude do resultado líquido negativo apresentado em 2011.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

18. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Posição no início do período	617.458	617.458
	617.458	617.458

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício de 1995 a 1998.

19. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito às seguintes situações:

- Incorporação do resultado líquido negativo do período referente ao exercício anterior, no montante de 1.341.031 euros;
- Realização da reserva de reavaliação, no montante de 4.917 euros. A reavaliação livre do ativo fixo tangível foi efetuada no ano de 2002 ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16, tendo sido objeto de reavaliação os bens com custo de aquisição superior a 200 euros. A 31 de dezembro de 2012, o montante da reavaliação por realizar ascende a 22.726 euros. Estes excedentes de reavaliação apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados só ficarão disponíveis após a sua realização.

20. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Posição no início do período	-	8.747
Relacionados com o método de equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição		
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas		
Outros	-	(8.747)
	-	-

No exercício de 2012 não ocorreu qualquer ajustamento nesta rubrica.

21. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Posição no início do período		32.780
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento		(32.780)
	-	-

No exercício de 2012 não ocorreu qualquer ajustamento nesta rubrica, uma vez que no exercício de 2011 a EMEF efetuou a transferência do saldo para a conta de Resultados transitados conforme já divulgado 19.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

22. Provisões

O movimento na rubrica de provisões é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Processos judiciais em curso	497.998	144.789		(212.755)		430.031
Outras provisões	4.002	709.060				713.062
	502.000	853.849	0	(212.755)		- 1.143.094

PROCESSOS JUDICIAIS

A EMEF regista provisões relativas a processos judiciais em curso em que existe probabilidade de que venham a ocorrer exfluxos económicos para a empresa. O montante corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

A provisão para processos judiciais em curso no montante de 430.031 euros inclui essencialmente os seguintes processos:

- Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito de acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.202 euros;

- As restantes provisões são referentes a processos judiciais instaurados pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), por trabalhadores e ex-trabalhadores,

OUTRAS PROVISÕES

Em 2012 manteve-se a provisão criada em 2011 para fazer face à parte do proporcional do resultado líquido da EMEF Internacional.

Foi efetuada uma provisão no montante de 709.060 relativa a 50% da dívida do BCP Factoring à EMEF, com base na estimativa de probabilidade da EMEF ser ressarcida do valor pago indevidamente.

23. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	5.213.675	6.281.560
	5.213.675	6.281.560
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.066.197	9.555.940
Descobertos bancários	8.341.349	7.885.948
	9.407.546	17.441.888
Total	14.621.221	23.723.448

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como se segue:

Descrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Instituições de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários							
Amortizações	1.072.390	1.078.784	875.000	875.000	875.000	437.500	5.213.675
Juros vincendos estimados	195.824	152.232	111.850	74.295	37.096	4.586	575.883
	1.268.214	1.231.016	986.850	949.295	912.096	442.086	5.789.557

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.066.197	9.555.940
De 1 a 5 anos	4.776.175	4.969.060
A mais de 5 anos	437.500	1.312.500
Descobertos bancários		
Até 1 ano	8.341.349	7.885.948
	14.621.221	23.723.448

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

24. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Corrente		
Fornecedores de investimentos	86.319	296.233
Devedores e credores por acréscimos	2.529.488	5.450.448
Outros credores	4.458	5.024
Pessoal	26.017	25.172
	2.646.283	5.776.877

As variações mais significativas face ao ano transato verificaram-se essencialmente nas seguintes rubricas:

FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

O montante da rubrica fornecedores de investimentos sofreu uma diminuição de cerca de 71% face ao ano anterior, continuando a acompanhar a diminuição que se verificou ao nível das aquisições de ativos fixos tangíveis.

DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS

A variação nesta rubrica no montante de 2.920.960 euros face ao ano anterior, resultou basicamente da regularização do valor registado no exercício de 2011 referente à especialização efetuada para fazer face à diminuição resultante da revisão de preços dos contratos de construção de vagões celebrados com a CP Carga, no montante de 2.564.345 euros entretanto já regularizados através da emissão das respetivas notas de crédito. Foi regularizada também uma divergência de valores que existia entre a CP e a EMEF no valor faturado relativo ao apoio informático da CP a esta empresa, no montante de 296.563 euros.

25. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	4.751.658	10.849.235
Empresa-mãe	439.147	118.826
Fornecedor - Retenção de garantia	2.077	1.579
Faturas em receção e conferência	295.197	1.305.821
	5.488.080	12.275.461

A variação desta rubrica está relacionada com a diminuição das compras de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, bem como com a diminuição da aquisição de fornecimentos e serviços externos.

Outro dos fatores que teve um impacto direto na diminuição desta rubrica, foi a melhoria do prazo médio de pagamentos, passando-se de 144 dias para 87 dias, tendo por base o cálculo do último trimestre de cada ano em análise.

26. Adiantamento de clientes

A rubrica adiantamentos de clientes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
CP-Comboios De Portugal, E.P.E.		1.000.000
Thales Transportation	1.366	41.001
Tno - Nederlandse Organisatie Voor Toegepast Natuurwetenschappe	166.377	178.569
Idmec Instituto De Engenharia Mecanica		4.044
Universidade Do Porto	105.946	
	273.689	1.223.614

Durante o ano de 2012, o cliente CP - Comboios de Portugal, EP regularizou o adiantamento que tinha efetuado por conta de faturação para suprir dificuldades de tesouraria da EMEF.

Os valores em saldo a 31 de dezembro de 2012 referem-se a verbas contratualmente estabelecidas recebidas a título de adiantamentos relativas aos projetos SEDUR-ED, CARGOVIBES e MAXBE, financiados ao abrigo de Seventh Framework Programme (FP7).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Vendas		
Fabrico vagões tipo SGNSS	4.217.758	14.690.317
Fabrico vagões tipo LGNSS	-	4.080.677
	4.217.758	18.770.993
Serviços Prestados		
Manutenção	27.436.251	28.573.057
Reparação	31.166.941	27.939.954
Reabilitação	446.140	754.511
	59.049.332	57.267.521
Total	63.267.091	76.038.514

Até ao final de 2012 foram concluídos e entregues à CP-Carga os últimos 40 vagões plataforma de 60 pés. Com a entrega destes vagões deu-se por concluído o fornecimento dos 300 vagões contratualizados, conforme já referido na nota 11.

A nível dos serviços, verificou-se um aumento no segmento de reparação motivada pelas intervenções

R2, efetuadas às automotoras elétricas 3500 e pelas reparações de peças de parque.

O valor da Reabilitação deve-se ao contrato para recuperação do Comboio Presidencial que se iniciou em 2011 e ainda transita para o ano 2013.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Subsídios IDMEC (Projecto Wearwheel)	4.044	-
Subsídios Twin Limited (Projecto Saferail)	-	33.375
Subsídios NV D 2 S International (Projecto I-Rail)	2.494	963
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	39.635	10.980
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	12.192	58.026
Subsídios Universidade do Porto (Projecto Maxbe)	1.814	-
	60.179	103.344

Os subsídios à exploração do ano de 2012 continuam a estar relacionados com incentivos à Investigação e Desenvolvimento (I&D) recebidos no âmbito dos projetos Wearwheel, I-Rail, Secur-ed, Cargovibes e Maxbe. No âmbito destes projetos a EMEF encontra-se consorciada com as entidades identificadas no quadro abaixo (líderes de consórcio) em conjunto com outras entidades.

O quadro seguinte sintetiza os projetos europeus e nacionais a decorrer, bem como os subsídios e objetivos previstos:

Projetos Europeus	Data início	Data Fim	Líder de Consórcio	Valor previsto do subsídio	Objetivo do Projeto
Wearwheel (Fct)	Apr -11	Mar-14	Idmec Instituto De Engenharia Mecan	20.220 €	Criar uma ferramenta que consiga prever de forma fiável o desgaste de rodas.
I-Rail (Fp7)	Nov -10	Out-12	Nv D 2 S International	4.375 €	Desenvolvimento e implementação de um sistema de alta velocidade para uma inspeção rápida e fiável de carril.
Secur-Ed (Fp7)	Apr -11	Set-14	Thales Transportation	241.550 €	Melhoria da segurança em transportes públicos urbanos em cidades de média e grande dimensão através de demonstrações reais.
Cargovibes (Fp7)	Apr -11	Mar-14	Tno - Nederlandse Organisatie Voor	315.461 €	Desenvolver medidas que assegurem níveis aceitáveis de vibração em zonas residenciais próximas de linhas ferroviárias de mercadorias.
Maxbe (Fp7)	Out -12	Set-15	Universidade Do Porto	143.680 €	Desenvolvimento e implementação de estratégias interoperáveis de monitorização, diagnóstico e manutenção para rolamentos de caixas de eixo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

29. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef Internacional	-	(33.356)
	-	(33.356)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef/Siemens Ace	428.410	270.699
Emef Internacional	2.287	-
	430.696	270.699
Total	430.696	237.343

As variações corridas nesta rubrica estão descritas na nota 8.

30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	1.370.385	1.317.818
Produtos e trabalhos em curso	1.786.453	2.654.819
	3.156.838	3.972.637
Regularizações		
Inventários	(39.429)	(34.982)
	(39.429)	(34.982)
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	1.443.460	1.370.385
Produtos e trabalhos em curso	-	1.786.453
	1.443.460	3.156.838
Variação		
Produtos acabados e intermédios	73.075	52.567
Produtos e trabalhos em curso	(1.786.453)	(868.366)
	(1.713.378)	(815.799)

As principais variações ocorridas nos inventários da produção já foram explicadas na Nota 10 - Inventários.

31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como se segue:

Descrição	2012	2011
Ativos fixos tangíveis	2.643	23.039
	2.643	23.039

Em 2012, verificou-se uma diminuição significativa face ao ano anterior, motivada diretamente pela conclusão de parte dos ativos.

No decorrer do ano e na sequência das restrições orçamentais, à semelhança de outras rubricas, o valor de investimentos foi muito reduzido. Em 31 de dezembro de 2012 está apenas em curso o banco de ensaios de cilindros de freio para as UQE3500, cujo trabalho já teve início no exercício 2010.

32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.630.558	28.323.287
	15.630.558	28.323.287

A variação ocorrida nesta rubrica foi principalmente motivada pela finalização do contrato de fabrico de vagões que ocorreu em 2012 provocando assim um elevado decréscimo dos consumos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos	793.845	1.685.416
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	549.634	848.370
Publicidade e propaganda	1.962	12.740
Vigilância e segurança	656.070	718.284
Honorários	32.178	35.180
Comissões	0	0
Conservação e reparação	428.397	449.519
Outros	0	0
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	207.140	259.873
Livros e documentação técnica	1.134	2.182
Material de escritório	45.752	64.209
Artigos para oferta	3.278	66
Outros	0	0
Energia e fluidos:		
Electricidade	742.344	722.869
Combustíveis	311.969	306.885
Água	82.023	88.475
Outros	0	18

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	43.248	47.678
Transportes de pessoal	18.415	44.395
Transportes de mercadorias	213.107	326.787
Outros	35.166	42.600
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	4.218.558	4.253.761
Comunicação	190.370	209.213
Seguros	293.685	304.910
Royalties	0	0
Contencioso e notariado	4.307	4.938
Despesas de representação	4.384	7.276
Limpeza, higiene e conforto	447.249	500.779
Outros serviços	215.479	280.913
	9.539.694	11.217.336

As variações ocorridas nesta rubrica foram motivadas pela racionalização dos recursos disponíveis e a contenção dos custos de exploração que o Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 veio definir para o Setor Empresarial do Estado.

A nível das reduções destacam-se os subcontratos. A redução verificada é essencialmente justificada pelo recurso a meios internos, sempre que possível, numa ótica de racionalização de custos e aproveitamento de mão-de-obra interna disponível.

34. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos suplementares	1.423.798	1.567.028
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.394	4.132
Ganhos em inventários	1.746	4.112
Diferenças de câmbio favoráveis	25.383	14.940
Investimentos não financeiros	36.771	6.583
Outros	500.105	919.316
	1.989.199	2.516.112

Este ano ocorreu uma ligeira variação nesta rubrica.

Relativamente aos valores constantes em rendimentos suplementares podemos destacar:

- Venda de materiais ao SIMEF no valor de 115.835 euros;
- Venda de resíduos valorizáveis à entidade Renascimento no valor de 224.875 euros;
- Reconhecimento do proveito remanescente da Fergráfica no valor de 312.800 euros conforme estipulado no Acordo de Revogação do Contrato, depois de aceite a redução de 50%

do valor faturado com as obras realizadas no edifício arrendado.

Quanto aos outros rendimentos e ganhos, destacam-se essencialmente as seguintes situações:

- Atualizações de preços no montante de 189.263 euros referentes a regularizações de exercícios anteriores;
- Juros de mora relativos aos dois contratos de fabrico de vagões para a CP Carga no valor de 139.528 euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

35. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Impostos	17.693	19.046
Perdas em inventários	540.670	680.959
Correções relativas a exercícios anteriores	480.137	497.659
Serviços bancários	21.758	20.299
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17.744	18.024
Outros	63.867	135.664
	1.141.870	1.371.651

A maior variação na rubrica de Outros Gastos e Perdas ocorreu nas perdas em inventários devido ao abate de materiais identificados como obsoletos, e que não tinham aplicação em nenhuma oficina, pela desativação da série de material, pela substituição por outros equipamentos, ou por degradação técnica dos materiais.

36. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações dos órgãos sociais	114.768	157.105
Remunerações do pessoal	19.219.174	24.528.469
Indemnizações	1.783.625	3.929.303
Encargos sobre remunerações	4.261.184	5.313.586
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	477.407	610.048
Gastos de ação social	108.841	145.398
Outros gastos com o pessoal	899.220	1.106.641
	26.864.219	35.790.551

Observou-se uma diminuição de 21% dos Gastos com Pessoal sem Indemnizações relativamente ao ano 2011. Em termos globais, a diminuição situou-se nos 25%.

Esta redução foi imposta pelos seguintes motivos:

- Medidas restritivas que advieram da aplicação da LOE 2011;
- Aplicação da LOE 2012, que impôs a suspensão temporária do pagamento do subsídio de férias e subsídio de Natal à Administração Pública e ao Setor Empresarial

do Estado, onde a EMEF se enquadra, para remunerações cuja base mensal seja superior a 1.000 euros, e uma redução progressiva para montantes compreendidos entre 485 euros e 1.000 euros;

- Pelo número de saídas ocorridas no exercício de 2012.

Na rubrica de Indemnizações ocorreu uma diminuição de 54,6% face ao ano anterior, que se traduziu no montante de -2.145.678 euros. Em termos de contratos de rescisões por mútuo acordo, em 2011, ocorreram 176 situações contra as 86 que ocorreram no exercício de 2012.

Na rubrica de Outros Gastos com Pessoal estão incluídos os seguintes gastos: Concessões da utilização de transportes, Seguros Acidentes Pessoais e de Saúde, Formação, Medicina do Trabalho e Complementos de Subsídio de Doença.

37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(1.472.052)	(1.656.039)
Ativos intangíveis	(8.392)	(18.425)
	(1.480.444)	(1.674.464)

A diminuição das depreciações de ativos fixos tangíveis em 2012, está diretamente relacionada com a continuidade das restrições orçamentais na aquisição de investimentos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

38. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros Emprestimos Bancários	327.724	676.386
Juros Acordos Grupo	801.495	377.937
Outros Juros	615.670	378.157
Outros Gastos relativos Financiamentos Obtidos	139.805	110.489
	1.884.694	1.542.969

O aumento dos juros suportados com os financiamentos ficou a dever-se a um conjunto de causas, das quais destacamos o agravamento das condições de financiamento e o novo contrato de financiamento celebrado com o Acionista em 2012.

39. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são os que a seguir se apresentam:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Menos de um ano	48.507	58.163
Entre um e cinco anos	64.087	42.138
	112.594	100.301

40. Partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista de CP, EPE são os seguintes:

Descrição	Ativos		Passivos				
	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Acionistas /Sócios	Diferimentos
2012							
CP	5.771.957	78.202 c)	-	439.147	149.313 a)	10.500.000	1.046.282 b)
CP Carga	1.830.791	-	-	-	-	-	-
Fergráfica	372.578	-	-	-	18.154	-	-
Ecosaúde	-	-	-	26.667	-	-	-
Fernave	7.706	-	-	-	-	-	-
Saros	-	-	-	-	-	-	-
EMEF Internacional	-	-	-	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	328.697	-	-	-	-	-	-
2011							
CP	6.673.702	-	1.000.000	118.826	422.442	7.500.000	2.133.697
CP Carga	3.648.318	-	-	-	2.564.345	-	1.827.400
Fergráfica	918.374	5.048	-	-	17.692	-	864.800
Ecosaúde	-	-	-	47.740	-	-	-
Fernave	5.977	-	-	64	-	-	-
Saros	1.542	-	-	-	-	-	-
EMEF Internacional	13.066	-	-	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	321.243	5.633	-	-	37.648	-	-

a) Inclui o montante de 148.313 euros referentes à rubrica de devedores e credores por acréscimos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

c) Inclui o montante de 647 euros referentes à rubrica de devedores e credores por acréscimos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

ANEXOS

Descrição	Inventários	Investimentos	Gastos				Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
2012								
CP	23.355	-	4.512.078 a)	705.564 b)	303.481	801.495 c)	42.707.551	302.638
CP Carga	-	-	-	-	3.149	-	11.345.027	433.603
Fergráfica	-	375	-	-	-	-	-	312.800
Ecosaúde	700	-	1.660	80.527	-	-	-	250
Fernave	-	-	-	-	-	-	1.405	-
Saros	-	-	-	-	-	-	-	-
EMEF Internacional	-	-	-	-	443	-	6.911	2.287
EMEF/Siemens - ACE	-	-	-	-	1.896	-	2.503.661	614.489
2011								
CP	11.887	-	4.613.534	872.922	82.128	398.873	41.605.469	283.773
CP Carga	-	-	3.040	-	32.350	-	24.836.661	269.227
Fergráfica	786	14.384	38.303	-	-	-	-	25.068
Ecosaúde	700	-	1.425	95.360	-	-	-	333
Fernave	-	-	-	512	-	-	7.905	-
Saros	-	-	-	-	-	-	-	6.728
EMEF Internacional	-	-	-	-	-	-	-	12.386
EMEF/Siemens - ACE	-	-	-	-	-	-	1.030.196	829.532

a) Inclui o montante de 64.589 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 17.925 euros referentes à especialização de gastos

c) Inclui o montante de 65.152 euros referentes à especialização de gastos

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração durante o ano de 2012 foram os seguintes:

Órgãos Sociais	Remuneração	Despesas de Representação	Abonos por Deslocação	Subsídio de Refeição Isento	Subsídio de Refeição Sujeito	Encargos Sociais	Código do Regime de Seg. Social
Rita Adelaide Alho Martins (Vogal)	32.703	13.559	-	1.091	837	8.993	Reg. 669
José Manuel Sancho Pontes Correia (Vogal)	40.729	15.213	-	1.168	900	10.489	Reg. 669

Foram ainda suportados os seguintes gastos com Trabalhos especializados no exercício corrente:

Auditoria e consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	10.648
Consultoria Fiscal	9.180
Orgão de Fiscalização	5.395

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

41. Acionistas/Sócios

Foi contraído em março de 2012 junto do acionista um novo empréstimo no montante de 5.500.000 euros para apoio à Tesouraria.

Em junho, foi efetuada a conversão do empréstimo de 2.500.000 euros em prestações acessórias de capital de forma a que o capital próprio da EMEF atingisse 50% do seu capital social, conforme já divulgado na nota 16 deste anexo.

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Acionistas/Sócios -Empréstimos de sócios-CP	10.500.000	7.500.000
	10.500.000	7.500.000

42. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração de resultados refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data de cada relato. O imposto sobre o rendimento do período apresenta-se como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(45.692)	(42.355)
	(45.692)	(42.355)

Apesar de aparentemente ter ocorrido uma variação de 3.337 euros face ao ano anterior, tal não é real, conforme já referido na nota 12 do anexo. Primeiro, em maio de 2012 ao elaborar a declaração modelo 22 de IRC a empresa apresentou prejuízo fiscal, contrariamente ao que tinha acontecido no exercício de 2010 pelo que teve de elevar em 10 pontos percentuais as taxas de tributação utilizadas no cálculo da tributação autónoma à data de fecho de contas de 2011. Á posteriori, em agosto de 2012, e com base na informação vinculativa - Processo 2011 004399 de 2012-03-30, procedeu-se ao ajuste do valor da

tributação autónoma, uma vez que face a esse despacho havia uma dupla tributação dos encargos referentes às rendas dos contratos de AOV, e cujas viaturas estão afetas aos trabalhadores em permanência (podendo para tal, tais viaturas serem utilizadas para fins pessoais, inclusive nos dias de descanso semanal e feriados), sendo este benefício tributado na esfera pessoal do trabalhador. Assim, no cômputo do ano 2011 a tributação autónoma foi de 58.676 euros.

A EMEF não reconheceu ativos por impostos diferidos por considerar que o grupo de sociedades abrangido pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), onde se insere não ter expectativas de que se venham a obter lucros futuros.

Ano	Resultado Fiscal
2006	(11.570.123)
2007	(1.204.167)
2008	(4.138.797)
2011	(1.583.918)

43. Outros Investimentos Financeiros

Em abril de 2012 a EMEF, SA pagou a título de Contrato de Mútuo o montante de 18.000 euros à EMEF Internacional, pelo prazo de 12 meses. O objetivo foi capacitar a EMEF Internacional de um fundo de maneio adicional para suprir as suas necessidades de tesouraria.

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Emef. Internacional SA	18.000	-
	18.000	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

44. Adiantamentos a Fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Adiantamentos a Fornecedores Gerais	44.461	105.938
	44.461	105.938

Esta rubrica teve uma diminuição face ao ano anterior, uma vez que foi regularizado o adiantamento ao fornecedor Bombardier, subcontratado para o serviço de reparação a 3 veículos acidentados da frota Eurotram. Em 31 de dezembro de 2012, está pendente na conta apenas o remanescente da sobrefaturação da TEX à EMEF, nos serviços prestados ao abrigo do contrato de prestação de serviços de transporte rodoviário. Uma vez que a TEX foi adquirida pela Urbanos, esta última assegurou a regularização dos valores pagos em excesso, conforme estipulado no acordo celebrado entre a EMEF e a Urbanos. Mensalmente, é emitida uma nota de crédito pela Urbanos correspondente a 10% do valor faturado no mês até se extinguir o total do valor pago por excesso.

45. Garantias bancárias

Os valores referentes a garantias bancárias são os seguintes:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Garantias bancárias recebidas	1.089.738	1.204.546
Garantias bancárias dadas	687.569	743.417
	1.777.307	1.947.962

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

46. Matérias ambientais

Durante o ano de 2012 foram desenvolvidas diversas ações onde a Direção de Qualidade, Ambiente e Segurança (DQAS) esteve envolvida, com a colaboração quer dos responsáveis locais, quer com a intervenção do Coordenador Geral do Ambiente da EMEF.

Destacam-se as seguintes:

- A operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, registo anual de resíduos no portal SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos;
- Análise e comunicação de requisitos regulamentares e requisitos do Cliente CP, associados aos Gases Fluorados de Efeito de Estufa (GFEE). Em sequência, foram planeadas ações de formação com vista a futura qualificação de operadores;
- Consolidação e integração de informação para resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;

- Recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade do Cliente CP;
- Análise e monitorização de requisitos relativos a responsabilidade ambiental;
- Elaboração de artigo para revista EMEF Digital: Tintas “verdes” na manutenção de veículos ferroviários.

Em 2012 prosseguiu-se a monitorização e gestão do contrato global de resíduos, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço realizada até ao momento continua a revelar um desempenho positivo com visível melhoria, face à situação antes existente.

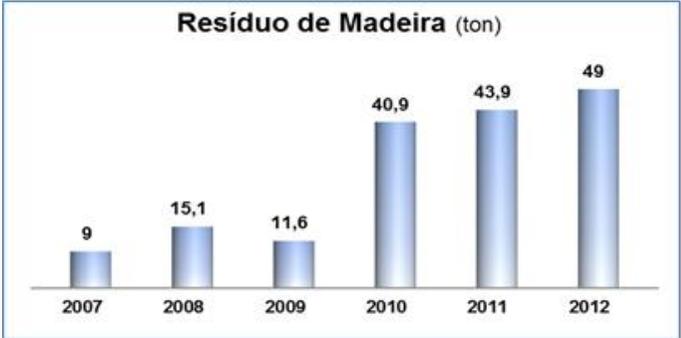
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

No gráfico seguinte podemos observar, a título de exemplo, uma evolução global positiva dos resíduos de madeira enviados para reciclagem nos últimos anos (ainda que as quantidades dependam da atividade da EMEF).



Foram realizadas duas auditorias de Gestão Ambiental pelo Cliente CP-Carga (uma ao POC outra ao POS-Poceirão), tendo sido definidas e desenvolvidas ações corretivas de forma a eliminar as causas das constatações levantadas nas auditorias. Os Planos de Ação Corretiva foram posteriormente enviados ao Cliente.

Como tem sido habitual, o programa anual de auditorias internas global, gerido pela DQAS, contemplou, para além dos requisitos ligados à norma NP EN ISO 9001, NP 4427 e HST, também a avaliação de requisitos de ambiente.

A DQAS participou em reuniões internas, com vista à adequação das instalações do Poceirão para a atividade esperada em 2013, conforme orientações da Administração, tendo sido preparado um planeamento das ações mínimas necessárias para o efeito, na ótica do licenciamento Industrial (Ambiente e HST).

No seguimento deste planeamento, foi efetuado, por empresas externas e acreditadas para o serviço efetuado, avaliação do ruído Ambiental, avaliação do ruído de HST e monitorização ao efluente líquido nas instalações do Poceirão.

Em 2012 foram desenvolvidas ações decorrentes dos “Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia” (ARCE) aprovados pela DGEG, na sequência de auditorias energéticas antes realizadas por entidade oficialmente credenciada. Estes Acordos são aplicáveis às instalações do Entroncamento e de Guifões e têm em vista o aumento da eficiência energética e o cumprimento da legislação aplicável.

No domínio de ambiente, durante o ano de 2012, registou-se um gasto de 82 476 euros, onde cerca de:

- 87,7% foram associados à gestão de resíduos (encaminhamento de resíduos para destino adequado e limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos);
- 6,1% relacionam-se com a gestão das águas residuais (nomeadamente realização de análises a efluentes líquidos);
- 5,5% correspondem à gestão das emissões gasosas (caracterização de efluentes gasosos);
- 0,7% estão associados à análise de ruído ambiental efetuada a uma das instalações.

Relativamente ao ano anterior, o valor gasto em matérias ambientais em 2012 diminui cerca de 30%, sendo consequência não só do bom desempenho do contrato de gestão de resíduos, como também de uma melhor classificação da rubrica de fornecimento de serviços externos.

47. Contingências

A EMEF,SA e o Metropolitano de Lisboa assinaram um protocolo em 14 de maio de 2009, no qual a EMEF se compromete a ceder um espaço nas suas instalações sitas na Amadora, para o Metro de Lisboa poder instalar um estaleiro de construção civil de forma a permitir a construção do prolongamento da linha Amadora Este/Reboleira, incluindo a nova estação intermodal da Reboleira. O mesmo protocolo prevê também a demolição das edificações existentes nesse espaço, e como contrapartida o Metropolitano de Lisboa obriga-se a construir um edifício novo até ao montante de 2.250.000 euros. Ora, e uma vez que as obras do Metro estão suspensas por decisão governamental, não é expectável que a construção venha a ocorrer dentro do prazo estabelecido para o efeito.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS

48. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos factos relevantes após o termo do exercício que possam ter impacto nos resultados apresentados.

20 de Fevereiro de 2013

Diretora Financeira

Dr^a Cristina Maria Alves Ribeiro

Técnico Oficial de Contas

Dr^a Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal

Eng. José Manuel Sancho Pontes Correia